

# **Ruínas do Futuro**

*A era das formas  
urbanas extremas*

**Otília Arantes**



# **Ruínas do Futuro**

*A era das formas  
urbanas extremas*

**2011 e 2012**

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

**Categorias:** Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

**Subcoleções:**

**E-books:** livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

**Documentos:** matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

**Mídia:** vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

**Coordenação editorial:** Pedro Fiori Arantes

**Projeto Gráfico:** Paula Astiz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Arantes, Otilia Beatriz Fiori, 1940-

Ruínas do futuro [livro eletrônico] : a era das formas urbanas extremas / Otilia Beatriz Fiori Arantes. -- São Paulo : [s.n.], 2021.

ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-00-31187-7

1. Planejamento urbano – Séc. XXI. 2. Renovação urbana – Séc. XXI. 3. Arquitetura moderna – Séc. XX. 4. Cidades e vilas – Séc. XXI. I. Arantes, Pedro Fiori, 1974-. II. Título. III. Série,

CDD 307.76

---

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

DOI: <https://doi.org/10.34024/9786500311877>



Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

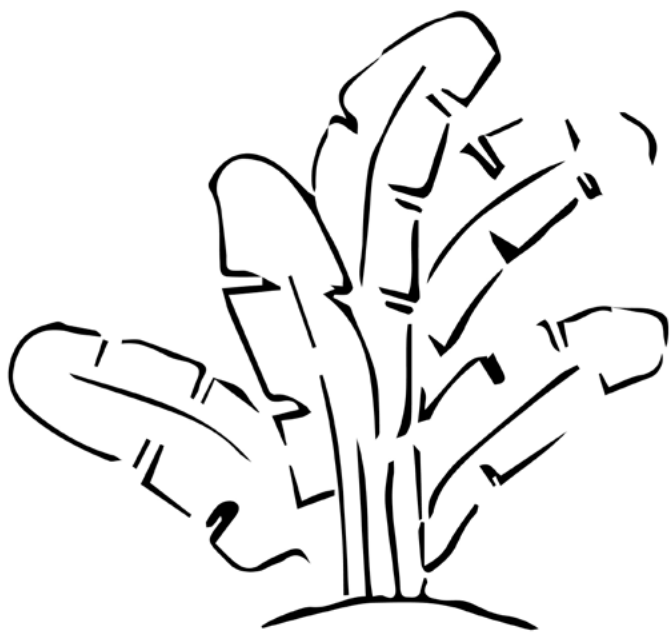
**Publicados originalmente em:**

“Ruínas do futuro” em *Chai-na*, São Paulo: EDUSP, 2011, pp. 13-51. Versão em inglês, in Leandro Medrano, Luiz Recaman e Tom Avermate (orgs), *New Urban Frontiers*, London-NY: Routledge, 2021, pp. 106-126.

A Era das Formas Urbanas Extremas. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 9, n. 3, 2021, pp. 63–79.

# **Sentimento da Dialética**

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES







Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Máriode Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otília Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otília e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.





11 **RUINAS DO FUTURO**

11 **“Acordei que sonhava”**

25 **Ruínas do futuro**

33 **O sonho americano**

41 **Uma fronteira no céu**

52 **Paraísos fora da lei**

59 **A ERA DAS FORMAS URBANAS EXTREMAS**



# RUINAS DO FUTURO<sup>1</sup>

“Tempos estranhos começam”  
Mike Davis, *Cidades Mortas*, 2002

## “Acordei que sonhava”

Em maio de 1987, Susan Buck-Morss, então professora de Filosofia Política e História Visual, na Universidade de Cornell, depois de entregar ao editor os originais de um livro de 500 páginas sobre o Projeto das Passagens de Walter Benjamin<sup>2</sup>, embarcou para Moscou na condição de turista ocasional, imbuída da ideia de que uma visita à capital do socialismo no século XX, sessenta anos depois de Benjamin ter passado dois agoniados meses por lá, poderia quem sabe transcorrer como um epílogo puramente visual – algo como uma derradeira verificação, conduzida, no entanto, ao sabor das situações que se apresentassem. Uma “visão” instruída pela pesquisa recém concluída. Nela ficamos sabendo que Benjamin explicara a Martin

1. Este ensaio é uma espécie de prólogo a um estudo sobre os processos de urbanização na China. Publicado em *Chai-na*, São Paulo: EDUSP, 2011, pp. 13-51. Versão em inglês, in Leandro Medrano, Luiz Recaman e Tom Avermate (orgs), *New Urban Frontiers*, London-NY: Routledge, 2021, pp. 106-126.

2. Susan Buck-Morss, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1993. Tradução brasileira de Ana Luiza Andrade, *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*, Belo Horizonte, Chapecó: ed. UFMG e Argos, 2002.

Buber, de quem recebera encomenda de um artigo sobre Moscou, que sua intenção era apresentar a cidade de tal modo que a dimensão factual das aparências concretas da vida em Moscou já fosse ela mesma teoria, de acordo com uma recomendação célebre de Goethe.<sup>3</sup> Sem digressão teórica, contava extrair de certas imagens da cidade, sua “posição interna”, no sentido político do termo, inclusive. Imagens ambivalentes, sem dúvida<sup>4</sup>.



Feira em Smolensk, 1926

3. Idem, *ibidem*, p. 28; trad. cit. p. 53.

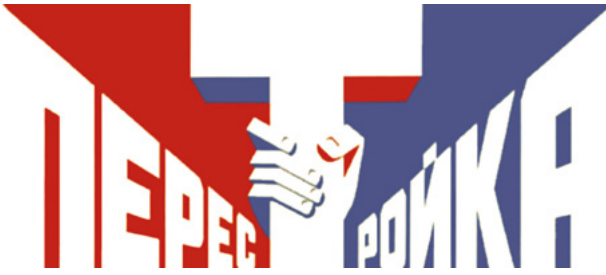
4. A propósito desta menção ainda inocente do termo imagem, além do mais aplicado ao ambiente urbano, talvez seja oportuno recordar desde já, prevenindo os mal-entendidos de costume, a noção benjaminiana de “imagem dialética”. (Ver box.)

“Imagem Dialética”. Está claro que não vem ao caso reconstituir pela enésima vez toda discussão em torno deste conceito. Como se há de lembrar, Adorno, só para citar a objeção mais autorizada, via naquelas imagens ditas dialéticas apenas montagens e nada mais. Restrinjo-me a citar o próprio Benjamin, para quem, extraídas de seu contexto original, essas imagens, ou fragmentos, seriam capazes, por isto mesmo, enquanto “imagens que saltam” do passado, ou da realidade – como nas composições alegóricas de Baudelaire –, de desfazer as ilusões e fetiches, como o mundo das mercadorias, por exemplo, que se deixa adivinhar nas Passagens de Paris. Em resumo, olhando para a história, as imagens não seriam nada mais nada menos do que “a dialética na imobilidade”. [N 2ª, 3]. E o que ele tem em mente ao se referir a tais imagens dialéticas, não são os grandes contrastes, mas, como esclarece, comentando uma adaptação do Fausto, “os contrastes dialéticos, que frequentemente se confundem com nuances; a partir deles, no entanto, recria-se a vida de novo”. [N 1ª, 4] E é esta força mobilizadora que Benjamin parece querer retirar das tantas imagens que vai colecionando, em especial aquelas que surgem do passado como alegorias do presente: “porém os farrapos, os resíduos, não quero inventariá-los (...) mas utilizá-los”, diz ele [N 1ª, 8].



Moscou. Vista do Mercado e da Torre de Sukharev. Década de 1920

Fiel à sua questão de método, Benjamin vagueava de preferência pelas feiras de vendedores ambulantes que espalhavam, pelas ruas cobertas de neve, um colorido mostruário de objetos enfeitados: “graxa de sapato, tinteiros e penas, toalhas, trenós de bonecos, balanços de crianças, roupa feminina, pássaros empalhados, cabides, ...”. Naquele momento crítico para o êxito da revolução, estava à cata de indicadores muito mais decisivos do que quotas de produção – embora sem esta última girando a pleno vapor, seria inatingível o objetivo de uma sociedade para além da escassez. Uma vez atravessado este limiar, passava a contar a verdadeira finalidade da revolução: social, evidentemente, e não apenas econômica. Satisfeitas as necessidades materiais, a balança da revolução deveria pender para as de ordem comunitária e cultural, se não parecesse descabido falar em necessidades estéticas – o que efetivamente era o caso.



Movimento pela Perestroika

Se Buck-Morss tem razão, já àquela altura, Benjamin estava convencido de que o critério último, neste campo crucial, era a “vitalidade da fantasia coletiva”, cujos sinais julgava entrever naqueles mercados de rua extraoficiais. Quer dizer, a visão geradora do Projeto das Passagens, tanto quanto a sua correspondente pedagogia materialista<sup>5</sup>,

5. Ou seja, uma evocação histórica a contrapelo, não como mera *memorabilia*, mas de modo a permitir que a classe revolucionária pudesse desentranhar dos resíduos culturais, aí acumulados, lições para a sua prática política. (Cf. nota anterior, cf. também o capítulo IX do livro citado de Buck-Morss, “Uma pedagogia materialista”.)

fazia algum tempo que cristalizara, ou seja: a ideia bizarra de que as “mercadorias – como os símbolos religiosos de uma era anterior – armazenam, em uma forma coisificada, o potencial de fantasia para a transformação social”. É verdade que, no bazar das ruas de Moscou, esta fantasia transfiguradora se exprimia, naqueles idos de 1920, numa forma pré-industrial, assim como as praças da cidade ainda não tinham sido profanadas e destruídas pelo kitsch urbano europeu. A prova dos nove viria no momento de realizar a equiparação do nível de consumo com o da Europa Ocidental.

Quando a autora desembarcou na Rússia da Perestroika, a última etapa desta prova estava em andamento. Testemunhou-a durante cinco anos de estadias consecutivas, ao longo das quais assistiu à Queda do Muro, à extinção da União Soviética, e os primeiros efeitos colaterais devastadores do tratamento econômico de choque subsequente. Mas a experiência do colapso da modernização soviética foi também um extraordinário campo de provas para os esquemas de interpretação do livro anterior, devidamente ampliados e liberados do espartilho acadêmico da glosa infinita de uma moda sem tempo, a saber, a ideia de que “a construção de uma utopia de massa foi o sonho do século XX”. Esta frase é a primeira do livro incomum que resultou daquele reencontro propriamente filosófico. Tão filosófico, aliás, quanto o impulso originário de Benjamin, ao levar a sério o entulho da cultura de massa como fonte de verdades de igual teor sobre o curso disruptivo da história.<sup>6</sup>

**6.** Sem ignorar, evidentemente, o compromisso da cultura de massa com o fascismo, o que o leva, por isto mesmo, a analisá-la em suas múltiplas formas e eventuais potencialidades críticas.



Não custa lembrar – agora na síntese de Buck-Morss – que desde o tempo em que Max Weber redescobriu a intuição fundamental do Iluminismo, tornou-se um lugar comum sociológico afirmar que a modernidade vinha a ser um processo colossal de desmitificação e desencantamento do mundo. Na companhia dos surrealistas, entretanto, o argumento de Benjamin ia na exata contramão dessa presumida evidência do nosso tempo: nas condições do capitalismo, a industrialização-urbanização seria, muito pelo contrário, responsável por um surpreendente *reencantamento* do mudo. De sorte que, sob a superfície de uma racionalização sistêmica crescente, “em um nível onírico inconsciente, o novo mundo urbano-industrial foi plenamente reencantado; na cidade moderna, a face fascinante e ameaçadora do mito estava viva e por toda parte”. Assim, tomar a cultura de massa a sério e, através dela, todos os produtores da imaginação “coletiva”, como fotógrafos, artistas gráficos, e sobretudo arquitetos – que, na opinião de Giedion (adotada por Benjamin), levaram, a partir do século XIX, as formas arquitetônicas a desempenhar a função do subconsciente, de modo que, ao fim e ao cabo, toda a arquitetura havia se tornado a morada do sonho coletivo inconsciente que embalava o novo mundo da mercadoria –, consistia, pois, em não considerá-la “meramente como uma fonte de fantasmagoria do mundo social, mas como uma fonte de *energia* coletiva capaz de superá-la” (grifo nosso). Decorre deste projeto, verdadeiramente fora de esquadro, encarar a modernidade como um mundo de sonho, por sua vez associado a uma concepção não menos heterodoxa da revolução como um despertar coletivo deste sono mítico.<sup>7</sup>

7. Feita esta aproximação com o surrealismo, cabe aqui, no entanto, uma res-

Portanto: *Dreamworld and Catastrophe: The Passing of Mass Utopia in East and West*.<sup>8</sup> O título não poderia ser mais benjaminiano, a começar pelo emprego, num contexto inédito, de um dos conceitos estruturais do Projeto das Passagens: “mundo de sonho”; embora a matéria histórica real, enunciada no subtítulo, seja o cotejo entre as duas versões concorrentes, porém interligadas, do mesmo processo sistêmico de modernização total – a leste e oeste. Ou seja, uma inteira concepção de mundo – a crença de que a remodelagem do mundo pela industrialização-urbanização levaria as massas ao paraíso – ruína de ambos os lados, ao contrário do que pensa o senso comum, anestesiado pela acachapante vitória do ocidente, esquecendo-se que a arruinada União Soviética não estava menos ocidentalizada do que o seu inimigo fordista, ao menos desde os tempos de sua própria taylorização. Duas formas de “mundo de sonho”, comparadas no momento mesmo de um falso despertar. Como o sequestrado Príncipe Sigismundo da *Vida é Sonho*, de Calderón, as massas de ambos os lados em confronto, “acordaram que sonhavam”<sup>9</sup>, a rigor, para um pesadelo, a catástrofe que, segundo a autora, nos aguardava no outro extremo da utopia de massa do século XX. Assim, “os mais inspiradores projetos de massa – a soberania de massa, a produção de massa

salva do próprio Benjamin, ao marcar a diferença entre suas Passagens e o *Paysan de Paris* de Aragon (livro, aliás, que confessa tê-lo fascinado): “enquanto Aragon persiste no domínio do sonho, deve ser encontrada aqui a constelação do despertar (...) a dissolução da ‘mitologia’ no espaço da história. Isso, de fato, só pode acontecer através do despertar de um saber ainda não consciente do ocorrido.” [N1, 9]

8. Cambridge: Mass, MIT Press, 2000.

9. Na versão (hip hop) daquele clássico barroco espanhol pelo grupo teatral paulista, Cia. Bartolomeu de Depoimentos.

e a cultura de massa – deixaram uma história de desastres no momento do seu despertar”. O livro passa em revista uma imensa iconografia do poder, refugos de entretenimento tecnológico de um lado e de outro, formas de trabalho industrial, mitos políticos e estéticas de vanguarda, utilidades domésticas e artefatos nucleares, etc. Sempre um mundo de sonho espelhando simetricamente o outro, de modo a desarmar de vez os estereótipos compartilhados de parte a parte acerca do antagonismo intrínseco entre os dois sistemas.

Apenas um parêntese nesta incursão pelo mundo quase pós-soviético: mesmo no ventre do monstro, a “dialética do despertar” ainda relutava em se extinguir. Talvez uma das mais espantosas “moradas do sonho” (Benjamin) da era stalinista seja o metrô de Moscou, ao qual Buck-Morss consagra duas páginas inspiradas, que passo a resumir.<sup>10</sup> Cada estação constituía um ambiente total, combinando desenho arquitetônico, mosaicos, esculturas, convenientemente arranjados em torno de um tema. Tudo, ornamento e luxo, alegadamente arquitetura palaciana para a classe operária, de fato, uma imensa iconografia do poder, nacional inclusive, ou, sobretudo, de qualquer modo, decorações suntuosas de interiores para a fantasia das massas, com acesso garantido por alguns simbólicos copeques. Sempre se disse que o mundo subterrâneo maravilhoso do metrô de Moscou destinava-se a mascarar o trágico fracasso em curso acima daquele subsolo, misto de conto de fadas e parque temático *avant la lettre*.<sup>11</sup> É verdade.

10. Idem, *ibidem*, pp.208-209.

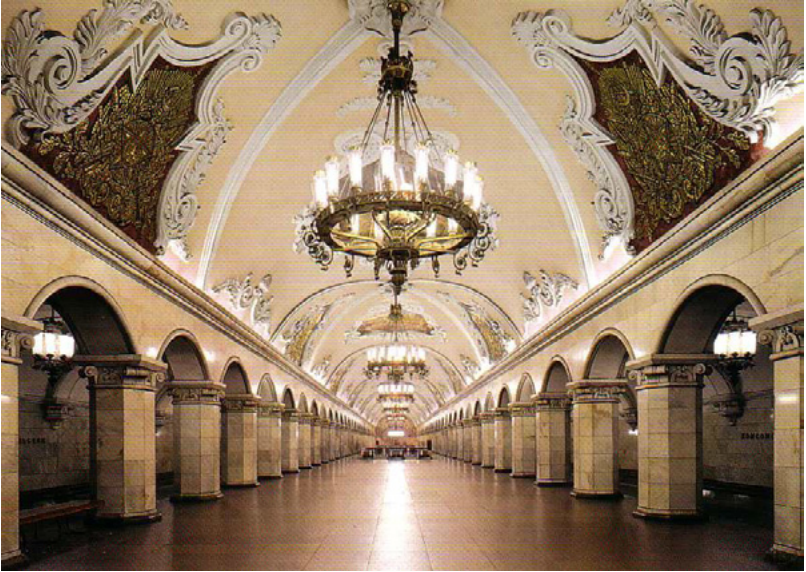
11. Não por acaso Svetlana Boym, em *The Future of Nostalgia* (NY, Basic Books, 2001), observará que a arquitetura de Moscou no final do século não

Mesmo assim, naqueles últimos anos da Perestroika, quando indagados acerca de suas lembranças de infância daquele extraordinário metrô, os residentes de Moscou se recordavam de um lugar mágico, cuja fantasmagoria, variada a cada estação, parecia entranhada em sua rotina diária. Percorrer aquele espaço encantado lhes parecia algo como entrar numa catedral, salvo pela presença da torrente humana que os arrastava distraidamente, ora a favor, ora contra, a caminho da escola. Nossa autora ainda quer acreditar que mundos-de-sonho “socialistas” como este, precisamente por impregnarem tão intensamente a fantasia utópica da infância, terminam por adquirir um poder crítico na memória do adulto.



Morador de rua em Moscou, 1990

passa de uma “segunda onda nativa de pós-modernismo”, numa versão capitalista do revival comunista (p.113).



Estação de metrô de Moscou

Assim, passando em revista inúmeras imagens paródicas do mundo soviético que estava afrouxando, naqueles anos de transição indefinida, nelas reconhecia muita derrisão, mas também nostalgia de um mundo “suposto existir”. Vale a transcrição do argumento, em linha com a ideia de Benjamin, a respeito da necessidade imperiosa de despertarmos dos mundos de nossos pais: mas o que fazer quando os pais de toda uma geração nunca sonharam? O descompasso entre a promessa utópica na qual se acreditou na infância e a atualidade distópica que experimentam quando adultos engendra a força para um despertar coletivo. Este é o momento do desenfeitiçamento, do reconhecimento do sonho como sonho. Mas, um despertar político exige muito mais. Requer a ressurreição de desejos coletivos aos quais o sonho socialista deu expressão, antes que eles mergulhem de vez no inconsciente como puro esquecimento. Esta a tarefa da interpretação dos sonhos”.

Voto piedoso ou não, de qualquer modo, insuflado sob as arcadas de uma real Passagem do século XX.

Ao mesmo tempo constata: o mito democrático de massa, de uma modernidade industrial, tornou-se simplesmente, na expressão de Susan Buck-Morss, “uma ideia enferrujada”, descartada pelas modernizações pós-colapso que igualmente sucatearam as fábricas encarregadas de tornar realidade tal ideia. É verdade que com a diferença, nada desprezível, de que à terra literalmente arrasada do lado soviético, corresponde do outro, quando muito, um “cenário de ruínas”, diante do qual os pós-modernismos no seu auge encenarão todo tipo de *sublimação estética do desastre*. Cenário reluzente de *skylines* emoldurando “ruínas” sociais de toda ordem, do trabalho vivo redundante aos bairros degradados, passando pelas cidades fantasmas do desemprego industrial, como a Flint do documentário de Michael Moore<sup>12</sup>, sem falar nas carcaças tecnológicas e infraestruturas abandonadas pelo caminho do Desenvolvimento que não houve na periferia. Ou no chamado Segundo Mundo, a começar por esta outra versão do despertar do sonho socialista: o decantado gradualismo chinês, que, em sua reconversão à economia de mercado, deixou atrás de si montanhas de ferro velho, tanto fábricas arruinadas, como trabalhadores-traste, como se pode ver no filme de Wang Bing sobre a derrocada do distrito industrial de Tiexi, na província de Shenyang.<sup>13</sup>

12. Trata-se do filme *Roger e eu*. Documento contundente também deste mundo em ruínas é o ensaio fotográfico de Camilo José Vergara, *American Ruins*, NY: Monacelli Press, 1999.

13. A propósito, numa entrevista, o diretor explicou que, quando viu pela primeira vez um tal cemitério industrial prematuro, sentiu-se atraído antes de tudo por aqueles fósseis ainda quentes como quem contempla “os ideais pas-



Wang Bin, fotograma de *West of the racks*, 2003

Ainda, sobre a Rússia, Stephen Graham e Simon Marvin chegam a falar de uma verdadeira “desmodernização” nos anos 90.<sup>14</sup> Sobre esta base, o que significaria o propalado *comeback* russo da Era Putin? Que novos mundos-de-sonho abastardados poderiam estar renascendo das cinzas, em pleno sec. XXI, numa sociedade dita emergente, e investindo sua energia anímica e social em outros ambientes construídos para abrigar outros artefatos da cultura de massa manufaturada? Por exemplo, projetada para um antigo terreno industrial, pelo grupo escocês RMJM, a torre City Palace, de 46 andares, ou a gigante

sados de uma pessoa”. Comentando esta visão rigorosamente alegórica do cineasta, Lu Xinyu observou que, ao contrário dos filmes soviéticos dos anos 1930, que celebravam refinarias e siderúrgicas dos planos quinquenais, *West of the Tracks* (na versão em inglês), não é heroico nem elegíaco: “hoje em dia, aquelas usinas se tornaram as ruínas de um ideal, mas a memória deste ideal não está extinta no filme; ela vive na majestade das imagens, pois está enraizada nas peculiaridades desta indústria e naqueles que nelas trabalharam”. Lu Xinyu, “China’s Rustbelt Epic”, *New Left Review*, n. 31, 2005, p. 131.

14. *Splintering Ubanism*, London, Routledge, 2001, p.26.

Okhta Tower da Gasprom, e outros tantos grandes empreendimentos, comandados pelo *star system* ocidental, Foster à frente, com o maior edifício do mundo, com uma área de 2 milhões e meio de metros quadrados – a Ilha de Cristal – ou a maior torre do mundo com 610 m., encomendada pelo maior magnata imobiliário sulafricano, Shalva Chiginsky, etc.<sup>15</sup>



Crystal Island, Foster and Partners, Moscou, 2007

O livro é anterior e se detém neste limiar. Apenas registra a crescente e irrespirável atmosfera de cinismo de massa, se perguntando se ainda haveria motivo para lamentar o perecimento de mundos-de-sonho, afinal compatíveis com agenciamentos aterradores de poder econômico e po-

**15.** Projetos que atualmente – fins de 2008/2009 –, com a grande crise internacional, começam a ter um futuro incerto, como tudo o mais aliás. Sonhos de grandeza que se desfazem antes mesmo de começar.



lítico: máquinas de guerra mundiais, máquinas de terror de massa, e formas violentas de exploração do trabalho. Não sem reparar, obviamente, que tais mundos-de-sonho passaram de época, e as referidas máquinas mortíferas de poder continuam, não obstante, operando.<sup>16</sup>

## Ruínas do futuro

Curiosamente, embora o tema de Susan Buck-Morss seja o despertar soviético para a catástrofe, depois de toda uma época sonhando com a época seguinte – como diria Michelet, secundado por Benjamin –, seu livro não chega até o capítulo benjaminiano das ruínas, embora sobrasse atmosfera naqueles anos finais. Segundo Masha Gessen, depois de Chernobyl, a catástrofe tinha se tornado uma obsessão nacional russa.<sup>17</sup> Talvez por julgar, de acordo aliás com o arco baudelairiano das Passagens, que já as próprias fantasias soviéticas de produção total, que tão fielmente espelhavam o mundo-sonho capitalista, carregavam consigo, junto com o entulho sthakanovista, as ruínas do futuro.

A esse respeito, nunca será demais relembrar que Walter Benjamin<sup>18</sup>, embora estivesse conscientemente revivendo técnicas alegóricas no Projeto das Passagens, jamais permitiu que a visão barroca da ruína, propriamente metafísica, centrada na inevitabilidade da decadência e da desintegração, contaminasse sua percepção materialista de

16. Cf. O último livro de Susan Buck-Morss, ed. cit., p.276.

17. Masha Gessen, *Dead Again: the Russian Intelligentsia after Communism*, London: Verso, 1997, p. 24.

18. Como toma sempre o cuidado de fazê-lo nossa autora, por exemplo ver *Dialectics of Seeing...* cit., p.170; trad. cit., p.210.

que os escombros acumulados pela cultura de massa não são um convite à resignação. Se os desastres históricos que eles representam são um sinal precursor, inscrito na própria fragilidade da ordem social, de uma possível catástrofe, talvez ainda houvesse a possibilidade de se chegar em tempo para acionar, como dizia, o freio de emergência, ou apagar o rastilho de pólvora, já aceso pelas armas químicas na Primeira Guerra<sup>19</sup>. Embora já à época vislumbresse o final trágico daquele sonho cada vez mais tênue: à medida que os anos 1930 se aproximavam do seu fim, junto com a ascensão do nazifascismo e a capitulação comunista, o mercado de sonho de massa se alastrando a ponto de alargar e abastardar sua dimensão coletiva até os confins da classe operária, Benjamin também infletia o rumo de suas esperanças utópicas naquele emaranhado oitocentista de estupidez e sublimidade, premonições, vulgaridade e autoparódia. Afinal aquelas moradas de sonho eram mesmo “campos armados até os dentes com fuzis apontando para o Faubourg Saint-Antoine”, como relembrado por T.J.Clark, ao comentar as “Passagens”. Advertindo ao mesmo tempo que aquelas reservas de maravilhoso eram na verdade patéticos enclaves de sonho num grande deserto de aflições, e Paris, cada vez mais assustadora, vazia, desencantada inclusive – nos termos deliberadamente anacrônicos de nosso autor. Retrospectivamente, a Capital do século XIX lhe parecia cada vez menos envolta pelo sonho e cada vez mais invadida pelo espetáculo.<sup>20</sup>

19. Cf. Walter Benjamin apud Buck-Morss, trad. cit. p. 125 e *Rua de mão única. Obras escolhidas II*, S. Paulo: ed. Brasiliense, 1987, pp. 45/46.

20. E quem o diz é autor de um livro sobre Manet e a invenção da modernidade. Cf. T.J. Clark, “Será que Benjamin devia ter lido Marx?” in *Modernismos*, coletânea de ensaios do autor, organizada por Sônia Salztein e traduzida por Vera Pereira, São Paulo: CosacNaify, 2007 e *The Painting of Modern Life: Pa-*



Passagem Vivienne, Paris

Na verdade este “outro lado da dialética” que Clark pretende decifrar em autores como Mallarmé, Manet, Cézanne ou Seurat, não está ausente daquele cipoal de notas que compõem esse livro paradoxal de Walter Benjamin, afinal não se pode esquecer que o personagem por excelência daquela Cidade-Capital da burguesia oitocentista era para este nada mais nada menos do que Baudelaire. Sua tarefa era não só de decifrar o personagem enigmático que poética e politicamente o poeta montara para si mesmo, porém, mais especificamente, o que teria levado Baudelaire a sugerir em prosa e verso, ao encarar justamente a face mais moderna de Paris, que toda aquela fachada luminosa, novinha em folha, o fazia recordar uma cidade em ruínas. Ao contrário de seus contemporâneos, enfeitiçados pelo esplendor daquela *rêverie* ur-

ris in the Art of Manet and his Followers, Princeton: University Press, 1999.

hana recém saída da usina de imagens haussmannianas, sua resposta mesclava a melancolia de quem via tudo – “*palais neufs, échafaudages, blocs*”, como nos versos célebres – transformar-se em alegoria, e a cólera violenta, a ira destrutiva de quem se dispõe a invadir este mundo e arruinar suas edificações reluzentes.<sup>21</sup>



Rue de la Bastille, antes e depois do *Plan Haussman*

E conhecemos a solução benjaminiana para o enigma: no cerne da experiência absolutamente nova da modernidade, a descoberta de que a degradação do mundo, que inspirara a antiga alegoria barroca, estava agora enraizada no coração de uma sociedade exclusivamente produtora de mercadorias. “A depreciação do mundo das

**21.** Para uma síntese do capítulo das ruínas, ver Susan Buck-Morss, *Dialectics of Seeing.... cit.*, cap.6.

coisas no âmbito da alegoria fora enfim sobrepujada, no interior mesmo deste mundo dos objetos, pela mercadoria”, como se lê no *Zentral Park*.



Barricadas na Rue Castiglione e Ruínas da Rue Royale

Feita a ressalva, retornemos à Rússia: não é nenhuma demasia dizer que, em plena “desmodernização”, a convergência de destroços e mercadoria produziu, por um lado, os grandes negócios da indústria das privatizações, e por outro, um surto de profetas do apocalipse, encabeçados pela última encarnação de Solzhenitsyn como profissional do juízo final.<sup>22</sup> Derradeira manifestação da afinidade eletiva na degradação entre os respectivos reinos da mercadoria e da alegoria, de certo não como no

**22.** Ver a respeito destes últimos, o livro citado de Masha Gessen. Quanto à fabricação de um capitalismo sem capitalistas na Europa Oriental, é um outro capítulo para um outro momento.

auge do Alto Capitalismo, da Paris de Baudelaire, mas na terra arrasada pela derrocada extrema de uma utopia de massas, como se viu, isto é, nos termos benjaminianos recapitulados por Susan Buck-Morss.



Jia Zhang-ke, *Cena de 24 City*, 2008

Comparativamente, repassemos novamente, num breve relance, as ruínas chinesas do futuro, não só na forma tangível com que nos defrontamos, graças ao filme de Wang Bing<sup>23</sup>. Quem sabe uma predisposição baudelairiana, capaz de voltar a despertar diante de um cenário extraordinário de demolições e edificações um análogo sentimento alegórico de uma nova idade urbana, ainda não venha se apresentar na atual cena chinesa, inspirando um diagnóstico de época muito mais abrangente que o despecho russo. (Por enquanto, apenas retrospectivo, este último, à espera, quem sabe, de um outro furor hausmanniano, como nos tempos da febre da construção a partir do nada de São Petersburgo.) E, no entanto, tudo

23. Ou em filmes como os de Jia Zhang-ke, *Still Life* e *24 City*.

parece correr numa velocidade inaudita em direção à catástrofe iminente, como na congênere soviética, mesmo que os tempos fossem outros. Na grande transformação urbana da China, tanto a escala ciclópica quanto a velocidade histórica do processo são tão impressionantes que chegam a assumir dimensões assustadoramente distópicas. Caminho que, como vimos, parece também começar a ser adotado pela Rússia, e, aparentemente, com riscos ainda maiores de um despertar precoce.

Não estou, é claro, sugerindo qualquer desastre próximo, muito menos insinuando o tremendo anacronismo de alguém, flanando pela nova Pequim em obras, ou a futura (?) Moscou, a cismar como o poeta, “*tout pour moi devient allégorie*”. Em todo o caso, nunca é demais lembrar que, na melancolia do poeta ao atravessar a nova praça do Carrousel (como não lembrar aqui Tianamen?), ressoava ainda uma derrocada digna do desastre troiano – sua “*mémoire fertile*” vibra ainda quando pensa em Andrômaca logo no primeiro verso do poema –, a Revolução vencida de 1848, cujo cortejo de massacres e deportações vai evocando ao longo do poema e seus emblemas: cativos africanos, exilados, vencidos de toda sorte, marujos abandonados em ilhas desertas, enfim, “*quiconque a perdu ce qui ne se retrouve jamais*”.<sup>24</sup>

Seja como for, em qualquer cenário estaremos perseguindo algo como a sobrevida daqueles mundos-de-sonho, cuja certidão de nascença Benjamin datou dos devaneios urbanos do século burguês por excelência. E

24. Para esta linha de interpretação do poema *Le Cygne*, ver Doelf Oehler, *Terrenos Vulcânicos*, São Paulo: CosacNaify, 2004.

com ele se encerrou, mal os bombardeios aéreos da Segunda Guerra Mundial começaram a reduzir de fato as cidades europeias a ruínas. Na conclusão de Buck-Morss: com a demonstração pela guerra da vulnerabilidade intrínseca da cidade moderna, “desaparece a significação das metrópoles modernas como peças ideológicas centrais do imperialismo nacional, do capital e do consumo. A população metropolitana do planeta nunca foi tão grande. E suas cidades nunca foram tão parecidas, mas já não há uma Cidade Capital do final de século XX, no sentido registrado por Benjamin em sua história da cidade de Paris. De um modo que seu autor nunca pretendeu, as *Passagen Werke* recolhem o final de uma era de mundos urbanos de sonho.”<sup>25</sup> O protótipo “Paris, capital do século XIX” jamais seria replicado. Mesmo durante o curto século XX de construção da utopia moderna de massa, Nova York e Moscou já não poderiam catalisar do mesmo modo, num único espaço sinóptico, os respectivos sonhos coletivos politicamente investidos – tanto no mundo dos artefatos industrialmente produzidos, como no ambiente construído.

Capítulo conclusivo? Salvo engano, ainda não. O despertar de tamanho sonho utópico não foi instantâneo, longe disto. Embora ainda mais intensamente dominado pelo espetáculo avassalador da mercadoria, o recém nascido século XX voltou a embalar novos sonhos despertos de bem-aventurança coletiva – aqueles mesmo aliás com os quais a própria Buck-Morss foi procurar acertar contas, viajando para a União Soviética da Perestroika, meses depois de fechar um diagnóstico tão drástico, encerrando a Era das Metrópoles Capi-

25. *Dialectics of Seeing*.... cit., p.330; trad. cit. p.390.



tal-de-Século. Parece ter sido enfaticamente o caso de Nova York. Mal se apagavam as luzes de Paris de Aragon e Breton, degradada pelo *tour* sinistro de Hitler, o sentimento de que a capital do novo século começava em Manhattan já era uma unanimidade, para além dos estereótipos da mera propaganda. Dentre as incontáveis entronizações, a do arquiteto Rem Koolhaas não só é a mais inventiva, como a sua aparente extravagância no fundo apenas revela afinidades involuntárias com a arqueologia Benjaminiana, politização radical à parte. Sua versão da capital da primeira metade do século XX se distingue exatamente pelo delírio fantástico do empreendedor urbano entregue aos mais surpreendentes caprichos da forma mercadoria. E o mais intrigante neste notável entrecruzamento, é que a “Nova York delirante”, redescoberta pela imaginação surrealista tardia do arquiteto, é rigorosamente contemporânea do diagnóstico feito por Walter Benjamin da Paris do Segundo Império.<sup>26</sup>

## O sonho americano

Um sonho – de massa, por certo – que, de Manhattan, se eleva aos céus, onde, como se sabe, finalmente se desmanchará. Mas, enquanto isto, fantasias delirantes, paranoicas mesmo, povoam Nova York (não por acaso, Koolhaas recorre ao método *paranoïaque-critique* de Dali e dos surrealistas para interpretar esta irrupção/congestão de torres sem fim). Do alto destas torres era possível avistar os limites da ilha, inspecionar seus domínios, sem tro-

26. Cf. *New York Delirious*, trad., CosacNaify, 2008.

cadilho, de fato fazer *le tour du propriétaire*. Uma auto-consciência de classe, gerada assim a voo de pássaro, na verdade canalizava “jorros de energia coletiva”, se reconhecia e comprazia em “metas megalomaniacas” compartilhadas, como se as ambições do capital recobrissem devaneios comuns. A seu ver, uma arquitetura ambiciosa e popular!<sup>27</sup>



Nova York, edifício Chrysler ao meio, 1932

Esta talvez a grande novidade americana: cidades fantásticas que se expandem para o alto, onde aparentemente uma classe operária, cada vez mais organizada e reivindicativa, parecia acreditar poder enfim acordar no paraíso. E, no entanto, nada mais inalcançável, frágil e ameaçador, do que essas montanhas que povoam Ma-

27. Idem, *ibidem*, pp. 42 e 27.

nhattan<sup>28</sup>: eventos singulares, anárquicos, individuais – num equilíbrio permanentemente instável entre cada corporação e a organização coletiva do capital. O que fará de Nova York, como bem observa Koolhaas, a “capital da crise perpétua”<sup>29</sup> – tal como o capitalismo, por certo. A novidade do nascente capitalismo organizacional americano foi justamente conferir dimensões rabelaisianas a algo como um padrão colossal de acumulação. Não por acaso, terra natal do arranha-céu, ou melhor, da corrida em altura, inerente à tipologia que se estava inaugurando, no rumo da torre espelhada infinita, já que o céu é o limite e a acumulação interminável como um fim em si mesmo, a *hybris* por excelência do capitalismo. Tudo se passa, enfim, como se no conceito mesmo de um edifício que pudesse arranha o céu estivesse incluída a marca a ser ultrapassada: até agora, e por muito tempo, a mais alta do mundo. E neste “mundo”, a evidência de uma competição “mundial” em andamento, mesmo que à época de sua invenção os primeiros espécimes do gênero só existissem nos Estados Unidos da última década do século XIX, mais exatamente, apenas em Chicago e Nova York. “Mundo”, na verdade, que, naquele momento inaugural, referia-se basicamente a um universo social muito específico, composto por firmas rivais e os respectivos egos de seus executivos e acionistas. Aos quais se poderia acrescentar a plateia embasbacada dos cidadãos ordinários, tão siderados pelo caráter regressivo desse torneio medieval, quanto os habitantes de San

28. Cf. a respeito Manfredo Tafuri, “The disenchanted Mountain: the Skyscraper and the City”, in Ciucci (org.), *American City*, London: Granada Publishing, 1980, pp. 389 a 527.

29. Na trad. cit.: p. 28.

Giminiano pela emulação das torres das famílias que os esfolavam. Não por acaso, Adorno e Horkheimer abrem o seu capítulo clássico sobre a “indústria cultural” com o exemplo dos edifícios monumentais e luminosos das novas corporações.



Coney Island, Luna Park (vista noturna)

Ao mesmo tempo, uma população que se deixava iludir por uma tal demonstração de pujança e inventividade, como se fossem os seus verdadeiros artífices (o que de certo modo eram), em estado contínuo de êxtase diante desta ilha mítica – numa espécie de “experiência coletiva exacerbada” por uma tal fábrica de fantasias.<sup>30</sup>

**30.** New York Delirious cit. p.26. É ainda a Koolhaas que devemos as descrições deste mundos-de-sonho que de certa forma foram as “incubadoras das formas de Manhattan” em Coney Island.

Afinal Manhattan não deixa de ser uma quase transposição de um outro *dreamworld*, este, real: a vizinha Coney Island, com os primeiros centros de entretenimento no mundo em escala de massa. Steeplechase: balneário popular, repleto de aparições inusitadas, como um Hotel em forma de elefante, parques de diversão com todo tipo de objetos movidos à eletricidade – o *loop-the-loop*, o *shoot-the-chutes*, os tonéis do amor, os cavalos mecânicos, a roda gigante, os arcos triunfais e assim por diante. E, logo ao lado, o modelo inaugural de todos os parques temáticos posteriores mundo afora, o famosíssimo *Luna Park*, uma paisagem lunar, ao mesmo tempo povoada de estruturas em forma de agulha – a primeira cidade de torres, aliás sem função alguma –, extravagantes, dispostas um tanto ao acaso, num “estilo livre”, como queria um de seus empreendedores, Frederic Thompson, predominantemente oriental, com suas espirais e mirantes. Enfim, verdadeira parafernália ilusionista, produzida pela novidade das luzes elétricas: “na vastidão do céu e do mar surge a pintura mágica de uma cidade flamejante” e “com a chegada da noite subitamente ergue-se do oceano uma cidade fantástica, toda de fogo, indo até o céu [...] inconcebivelmente fabulosa, inefavelmente linda é essa faiscante cintilação”<sup>31</sup> – o circo, o gira-gira, a aldeia alemã, as regiões agrestes da América do Sul, um jardim suspenso, logo batizado de Jardim da Babilônia, ou ainda, os Portões do Inferno, o Grande assalto ao trem, etc. Como bem observado por Koolhaas, “O Luna Park sofre com as leis autodestrutivas que governam o entretenimento: ele consegue apenas roçar a superfície do mito, insinuar as ansiedades acumuladas no inconsciente co-

31. Thompson, apud Koolhaas cit., pp. 62, 63.

letivo”.<sup>32</sup> Enquanto isso, Thompson, em seu escritório lunar, sonhava conquistar Manhattan e com tal objetivo dará um primeiro passo, em 1904, ao adquirir um quarteirão na Sexta Avenida.



Coney Island, *Dreamland*

O último elo dessa sequência genética de Manhattan é concebido pelo ex-senador e incorporador imobiliário William H. Reynolds: “um parque para acabar com todos os parques”, batizado justamente de *Dreamland* – um parque pós-proletário, segundo ele, capaz de atrair todas as classes. Um pavimento único, voltado para o mar, como um grande transatlântico, onde as várias passarelas permitem que 250.000 pessoas possam usufruir do conjunto como um todo. Todas as máquinas de diversões

32. Em *idem*, *ibidem.*, p. 65.

novamente reaparecem em escala monumental. Minicidades replicam as cidades míticas europeias. Finalmente, ciceroneados por guias fantasiados de Mefistófeles, os visitantes podem chegar à uma Lilliput, cidade dos anões, onde tudo é teatralmente permitido, numa espécie de “institucionalização do mau comportamento”, segundo Reynolds. Ou assistir à Queda de Pompéia, culminância de uma série de catástrofes simuladas – como a exorcizar a catástrofe que se previne em Manhattan.<sup>33</sup>



Incêndio que destruiu *Dreamland*, 1911

O Fim do Mundo é encenado na forma de um incêndio contínuo, num faz-de-conta assombroso, porém circunscrito, que em 1911 se torna real, quando um curto circuito na fiação elétrica ajudado pelo vento marinho se espalha por toda *Dreamland*. A catástrofe só foi anun-

33. Idem, *Ibidem*, p.74 (ver todo este capítulo sobre a *Dreamland*, pp. 67-101).

ciada 24 horas mais tarde, pois a imprensa imaginava ser mais um truque de Reynolds. O parque já estava em decadência, dizia ele, talvez por não conseguir conciliar o gosto elitista e a imaginação popular. Afinal, diz Koolhaas, “o potencialmente sublime é barato e irreal”. Para Reynolds o desastre veio a calhar: a beleza arquitetônica estava sendo desperdiçada. Também ele transferirá suas energias para Manhattan...



M. Vriesendorp, *Après l'amour*,  
série New-York, 1973-1975

A passagem destas cidades-de-sonho para a cidade-dos-negócios se dá quase sem ruptura de continuidade. “Para sustentar o alibi dos ‘negócios’, a incipiente tradição da tecnologia do fantástico se disfarça de tecnologia pragmática. A parafernália da ilusão que acabou de



subverter a natureza de Coney Island, transformando-a num paraíso artificial – eletricidade, ar-condicionado, tubulações, telégrafos, trilhos e elevadores -, reaparece em Manhattan como parafernália da eficiência, para converter o espaço bruto em escritórios”.<sup>34</sup>

## Uma fronteira no céu

Assim foi definido o arranha-céu reinventado em Manhattan, naquelas condições literalmente feéricas, embora o acesso fosse cobrado em moeda sonante. Além do mais, definição historicamente exata, quando se pensa no mito da Fronteira, que acompanhou a expansão territorial do capitalismo americano. Não espanta, vistas as coisas por este prisma em que nação e acumulação se confundem, que os 306 arranha-céus construídos em Nova York, entre 1890 e 1908, não só se convertessem na imagem paradigmática da arquitetura e urbanismo americanos – criando, com suas formas únicas e díspares, aparentemente irracionais e programaticamente instáveis, se comparadas à racionalidade máxima do plano reticulado original da cidade, um conjunto urbano extraordinariamente inusitado –, mas no mais eloquente discurso acerca da nova cultura de negócios que o capitalismo corporativo americano estava fomentando. Além de alardear a eficiência de seus escritórios imobiliários – da incorporação ao projeto – na valorização exponencial do espaço construído. Nesta esfera fetichista por excelência, na qual coabitam narcisismo e toda a violência do imaginário, aliás, estritamente “corporal”, a

34. Idem, *Ibidem*, p. 111.

partir de 1930 reinará soberano o Empire State Bulding.<sup>35</sup> Edifício em cujo topo, como se há de lembrar, se trava a batalha final do famoso filme King Kong – outra personificação monstruosa do King Size americano, que dispensa comentários.



Cena do filme *King Kong*, 1933

**35.** Não por acaso, no livro do Koolhaas, citado até agora, os prédios Empire State e Chrysler ganham uma dimensão antropomórfica e, inclusive, erótica, como ilustrado em apêndice pela pintora Madelon Vriesendorp, apresentando os dois edifícios na cama, “Après l’amour” – a chave da interpretação encontrava-se, segundo o autor, na fantasia “paranoica” (como víamos há pouco, numa transposição do método utilizado pelos surrealistas, em especial Salvador Dali, ao mesmo tempo que teorizado por Lacan, cujo primeiro ensaio, justamente sobre a paranoia, foi publicado na revista *Minotauro*, no início da década de 1930). Também é revelador um baile de máscara à época, em Nova York, em que a elite de arquitetos-empresendedores comparece fantasiada com os arranha-céus de Manhattan.

É curioso que num ensaio de 1965, dedicado à “imaginação da catástrofe”, Susan Sontag, justamente a propósito dos “prazeres primitivos”, provocados por filmes de ficção científica que oferecem numa “escala ampliada de maneira colossal, o espetáculo da catástrofe urbana”, inclua, e apenas de passagem, King Kong na categoria dos velhos filmes de monstros em que a Coisa “se dirigia para a grande cidade, onde provocaria enorme destruição, jogando ônibus de pontes, esmagando trens com as mãos, derrubando edifícios, e assim por diante”. (Contra a Interpretação, Porto Alegre, LPM, 1987, p.248.) Depois do 11 de setembro, é claro, o horizonte por assim dizer, desanuviou, convergindo para um único ponto cego. Induzido pela mise-en-scène dos ataques como um gênero de filme-catástrofe, que o público americano consumira avidamente nos anos 1990 (uma década de “ansiedade inexplicável”, nas palavras de Mike Davis), da noite para o dia, todo um repertório de imagens saturadas de medo e profecia se reapresentou, como que confirmando – se fosse preciso! – “uma premonição permanente sobre o espaço urbano como um potencial Ground Zero”. Dentre as inúmeras antevistas do apocalipse de Manhattan (para não mencionar a logo lembrada entre nós “Elegia de 1938”, de Drummond), uma das primeiras a ser citada foi uma pintura de Orozco, de 1931, Los Muertos, “que representam os arranha-céus de Manhattan sendo despedaçados como piñatas”. (Cf. Mike Davis, “As chamas de Nova York”, in Cidades Mortas, RJ, Record, 2007; o artigo em questão foi publicado originalmente no último número da New Left Review, daquele ano de 2001.)

Esta síndrome da hiperdimensão intensificada até o limiar de uma implosão pressentida desde sempre – é bom não esquecer que o referido gorila arquetípico chegou à Nova York pouco depois do Big Bang de Wall Street – está na origem, paradoxalmente, dos mais altos edifícios de Manhattan e, do não menos importante conjunto arquitetônico, o mais monumental, amplo, multiuso, empresarial, e presumidamente popular, da época, com seus espaços abertos, jardins suspensos, etc. (um verdadeiro “Luna Park pragmático”, na designação muito a propósito de Koolhaas): o famigerado Rockefeller Center!

Uma cidade dentro da cidade. Um centro ao mesmo tempo de serviço e recreação. Uma fórmula concentrada e imagem máxima do poderio americano em plena crise. O símbolo por excelência do New Deal: maximamente racional, um oásis de ordem, calculado nos mínimos detalhes para obter o máximo de eficiência e rendimento, alicerçado no metro quadrado mais lucrativo da época, numa escala de especulação imobiliária e valorização do solo nunca vistas. Se a família Rockefeller se beneficiava com a crise, ao mesmo tempo, num ambiente de verdadeira penúria, empregava 75.000 trabalhadores e ganhava o troféu do mecenato, além do mais por criar espaços culturais e de lazer, tendo assim, do ponto de vista efetivo e simbólico, um papel importante no *revival* econômico daquele período – como mostra à exaustão Manfredo Taffuri, em seu estudo sobre os *skyscrapers* americanos.<sup>36</sup>

36. Cf. pp.472 e 481 do ensaio citado: “The Desencante Mountains”. Ver especialmente o cap. “The Creation of Rockefeller Center”, pp. 461-483.



Rockefeller Center, NY

De outro lado, a aparente impessoalidade do Rockefeller Center – com sua “colossal mediocridade” na visão crítica de Mumford – representava, talvez por isto mesmo, um modelo a ser replicado e, em consequência, gerava, definitivamente, o “desencantamento formal da montanha”, ao contrário da série de manifestações isoladas anteriores. A Grande Depressão parecia ter finalmente despertado os americanos de seu mundo de sonhos. Embora um empreendimento desse porte ainda alimentasse, apesar de tudo, ou por isso mesmo, um certo resíduo

ideológico de reconciliação dos trusts e da coletividade em escala urbana<sup>37</sup>, como se tivesse, num passe de mágica, finalmente resolvido todos os paradoxos de Manhattan – assim, ao menos, pretendia Koolhaas, referindo-se a ele como um verdadeiro golpe de mestre do canibalismo arquitetônico: “O Centro é a apoteose do ‘cisma vertical’. Rockefeller Center + Beaux Arts = Dreamland + o futuro eletrônico [RCA + NBC] + o ‘passado reconstruído’ + o ‘futuro europeu’, ‘o máximo de congestão’ combinado com ‘o máximo de luz e espaço’, o mais belo possível em consonância com o máximo rendimento a ser gerado’.”<sup>38</sup>

Talvez não seja por acaso que uma tal ambição pela magnitude, encarnada exemplarmente num empreendimento desse porte, encontra-se de tal modo arraigada na história da projeção do poder da elite americana do *big business*, que o último capítulo, ao mesmo tempo hiperbólico e igualmente paranoico acerca do espantinho chinês (para voltar ao paralelo anteriormente sugerido) principie por render-lhe tributo em nome de uma atávica veneração pelo *bigness*. Justamente sobre esta noção (entre outras aparentadas), o nosso arquiteto, Rem Koolhaas (ainda uma vez), edificará o conjunto de categorias segundo as quais alega projetar, por exemplo, o famoso prédio para a Televisão Chinesa na Pequim Olímpica – em verdade uma torre dupla a enquadrar todo um distrito midiático e empresarial, cuja concepção remete obrigatoriamente ao conjunto do Rockefeller Center, o ponto cul-

37. Em idem, *ibidem*, p.484.

38. Koolhaas, *op. cit.*, p.235. Para uma avaliação do ponto de vista, nitidamente ambivalente de Koolhaas, ou o seu “realismo cínico” frente à crítica negativa, ou ainda, o paralelo entre as posições de Koolhaas e Tafuri, cujos textos sobre Nova York são quase contemporâneos, ver o Prefácio de Adrian Gorelik à tradução utilizada aqui.

minante da sua New York delirante –; mas que, sobretudo, lhe permitirá mapear a *terra ignota* do hiperurbanismo chinês.



OMA-Koolhaas, CCTV, Pequim

Pode-se dizer que, desde aquele momento inaugural, o mundo todo passou a aspirar ter a sua Manhattan e entrar na corrida rumo aos céus. Portanto não surpreende que, quando em 1996 as Petronas Towers em Kuala Lumpur foram concluídas, a mídia americana tenha sido a primeira a registrar a ferida narcísica: desde 1891, o edifício mais alto do mundo não só não era ocidental como também não se encontrava mais nos Estados Unidos – a rasa mesmice urbano-arquitetônica não vinha obviamente ao caso. Já naquela época – hoje, remota, tal a velocidade de rotação do capital – seis dos quinze maiores edifícios do mundo eram chineses. E para anunciar enfim o século asiático que se avizinhava, a revista americana *Progressive Ar-*

chitecture, dando por evidente que é na arquitetura que se decifram as grandes viradas históricas, se congratulava, em nome do ofício, com a modernidade e a mudança de escala nos negócios correlatos, pelo fato de chineses e demais asiáticos estarem febrilmente empenhados em erguerem, competindo de resto entre si, torres cada vez mais altas, como prova e penhor ostensivo sabe-se lá de que novo ultramodernismo, tocado com velocidade futurista. Seja como for, o mais poderoso motivo de choque e estupefação.



Cesar Pelli, Petronas Towers, Kuala Lumpur, 452m



Numa matéria para a Revista da Folha, *Morar* (30 de maio de 2008, pp. 20-22), o correspondente em Washington, Sérgio Dávila, refere o fato de que, numa lista dos dez arquitetos ocidentais mais renomados, em atividade, poucos não terão um projeto realizado, em execução, ou ainda no papel, mas já contratados, na China, e que todos, sem exceção, se destacam acintosamente por dar forma a um “delírio” ostentatório, seja de concepção projetual, seja de materiais exorbitantes em todos os sentidos, sem falar na escala bárbara de tais *folies*. Reforçando a informação, remete o leitor a um artigo de Richard Lacayo na *Foreign Policy* de maio/junho de 2008, sobre esta proliferação extemporânea de monumentos à nova riqueza emergente, semeados, não por acaso (unidos pelo mesmo vínculo do poder-fazer sem restrições) pelos membros do *star system* arquitetônico global, ao longo de uma faixa geopolítica que se estende da sede da Gazprom em São Petersburgo, e da Ilha de Cristal em Moscou, passando pelos Emirados do Golfo Pérsico, subindo para a Ásia Central (Azerbaijão e Cazaquistão), e daí ao Extremo Oriente, sem falar nos novos enclaves de neocidades *high tech* no deserto da Arábia. Não necessariamente enunciada a questão nesta ordem e com este enfoque, mas pelo prisma da nova divisão do mundo, alardeada pelos neocons americanos reciclados pelo fiasco Bush: de um lado a liga das democracias liberais, do outro a autocracia dos novos ricos semiperiféricos (Cf. p.ex. Robert Kagan, *The Return of History and the End of*

*Dreams*, NY, Knopf, 2008). De sorte que os novos delírios em concreto ou titânio constituem o que o autor americano chama de “arquitetura da autocracia”, sem se dar conta, entretanto, de que a imaginação projetual de cada um deles foi justamente moldada na outra margem do rio, a do Ocidente liberal, mais exatamente, no apagar das luzes do Movimento Moderno. Seria o caso de se perguntar, enquanto se ruma a nova configuração do mundo, ou melhor, a “ascensão do resto”, num mundo decididamente pós-americano, na fórmula dos novos ideólogos do poder americano (Cf. p.ex. Fareed Zakaria, *The Post-American World*, NY, Norton, 2008): paródia involuntária da antiga afinidade eletiva da Causa Moderna com o *ethos* desenvolvimentista-autoritário de uma certa periferia “condenada ao moderno”, como se dizia? Seria grotesco se não fosse falso, como seria igualmente patético confundir com Desenvolvimento a atual migração global dos centros de acumulação, embora a literatura tenha consagrado as máquinas asiáticas de crescimento como Estados Desenvolvimentistas, depois, é claro, de encerrada a Era do Desenvolvimento como geocultura de legitimação do capitalismo histórico, nos termos em que a formulou, por exemplo, Immanuel Wallerstein. Não obstante tudo isto, Sérgio Dávila intitulou sua matéria “Arquitetura da Alienação”, sem maiores explicações. De fato, é disto que também se trata, se atinarmos enfim com a dinâmica singular destas modernizações pós-urbanas.

Numa palavra, quanto maior, melhor! Tudo indica que estamos ingressando numa nova onda longa de fantasmagoria cósmica, governada também por uma nova megalomania de proporções siderais, impulsionada pelo fetiche dos “números puros, da abundância, do excesso, da mera expansão espacial”, nas palavras de Walter Benjamin, comentando a Paris de Haussman, mas glosando, involuntariamente, o Fausto do último ato de sua “colonização” do universo. Não será demais recordar igualmente que, no auge por assim dizer imperialista – afinal a Grande Guerra recém findara –, da primeira onda de investimento capitalista do espaço urbano, o Lukács da *História e Consciência de Classe* chegara à ideia de “reificação”, e toda a sua carga de alienação e prenúncio de explosão emancipatória, refletindo também sobre a decidida conotação espacial da abstração avassaladora em que se consumiam as novas relações sociais. Arrematava assim as visões inaugurais de Simmel sobre o vínculo intrínseco entre a metrópole e a abstração da economia monetária.<sup>39</sup>

O gigantismo compulsivo asiático de agora carrega consigo a memória dos dois ciclos, ou ondas, anteriores: a tabula rasa dos Modernos e a desmedida da expansão americana que emergiu da Grande Depressão. Estamos sem dúvida diante de uma mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e talvez, impossíveis dimensões”.<sup>40</sup>

**39.** Ver “A metrópole e a vida mental”, de Georg Simmel, em G. Velho (org.), *O fenômeno urbano*, RJ, Zahar, 1973 (pp. 10-25). Para um comentário: Otilia Arantes, “A ideologia do lugar público na Arquitetura Contemporânea”, in *O lugar da arquitetura depois dos Modernos*, São Paulo, EDUSP, 1993 (pp. 108-113).

**40.** A expressão é de Fredric Jameson para caracterizar o “hiperespaço” pós-moderno, em *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, cap. 1 (publicado originalmente na *New Left Review*, n.146, 1984); trad. Ma-



Vista aérea de Pudong, Xangai

## Paraísos fora da lei

O cenário é hoje sem dúvida outro: nos tempos que correm, num planeta desprovido de capital, no sentido benjaminiano de centro único irradiador de todas as *féeries* urbanas, uma nova mitologia homogeneizadora ressurgue com todo o seu cortejo petrificado de *son et lumière*: o mito da Cidade Global. Cidades, três até agora<sup>41</sup>, reconhecidas pela literatura de celebração a respeito, circundadas por um sistema competitivo de hierarquias móveis de cidades aspirantes à condição de *world cities*, e, portanto, polos de atração para sediar elos significativos da cadeia

ria Elisa Cevasco, ed. Ática, 1996.

**41.** Ao menos na acepção mais forte do termo. Cf. Saskia Sassen, *The Global City, New York, London, Tokyo*, Princeton: University Press, 1991.

de acumulação. A favor ou contra, conforme a flutuação dos conformismos e dissidências, formas urbanas reconhecidamente dualizadas, polarizadas, segregadas, etc. Ocorre que na condição de espaços totais introvertidos, tais fragmentos de “*Luxe, calme et volupté*”, se espalharam pelas malhas dessas redes de bem-aventurança, levando consigo réplicas que não só rivalizam, mas por vezes suplantam o desenho urbano extremo das matrizes originais. Tudo somado, e retomando nosso fio condutor, digamos que tais *espaços extremos* passaram a abrigar a referida sobrevida dos mundos de sonho a cuja reviravolta pelo despertar desenfeitiçante Benjamin confiara suas esperanças revolucionárias. Não parece mais verossímil, e não obstante ainda é este o conceito-senha-de-ingresso no universo fantasmagórico da riqueza global.

Recapitulemos uma segunda vez. Como estamos num outro limiar – a rigor vinte anos depois do anticlímax distópico retratado por Buck-Morss –, deveríamos nos voltar para o caráter de classe daqueles redutos que foram os mundos de sonho da burguesia oitocentista. Não é que Benjamin alguma vez tivesse duvidado que as passagens e seus afluentes, as demais “moradas de sonhos coletivos” daquela idade de ouro do kitsch ancestral – jardins de inverno, estações ferroviárias, museus de cera, cassinos, etc. – fossem uma fantasia de intimidade forjada nos piores termos burgueses. Seu problema era a crescente colonização burguesa do utópico “sonhar coletivo”, cuja palpitação detectara, até mesmo no lixo cultural do século que encarnara o espírito daquela classe. Pelo menos é assim que o *vê* T.J. Clark, no ensaio citado anteriormente, em que declara que “talvez tenhamos chegado a um

momento da história em que será preciso reafirmar o outro lado da dialética do século XIX: não só os desejos e as potencialidades urdidos contra as probabilidades pelo negativo, mas, antes de tudo, o que as formas de lucidez e positividade mais altas do século (suas realizações efetivas) revelaram do terror – o verdadeiro *abîme* entretecido ao sonho de liberdade da burguesia”.<sup>42</sup>



Adrian Smith, *Burj Khalifa* (SOM), Dubai (828m)

**42.** Em “Será que Benjamin devia ter lido Marx?”, p.304. Para se ter uma ideia deste novo momento da história que, segundo o autor, exigiria uma mudança tão drástica de acento na avaliação daquelas “moradas de sonho”, chamo à atenção para o livro que publicou a seguir, juntamente com Iain Boal, Joseph Matthews e Michael Walts, *Afflicted Powers: Capital and Spetacle in a New Age of War*, London, Verso, 2005.

Questão de ênfase talvez, mas sobretudo, de periodização. Na verdade, quanto mais se decanta a máscara burguesa daqueles redutos sem vir-a-ser que não o presente da mais crua dominação, mais sombria vai se tornando a reconstituição benjaminiana da história dos dominados, uma história sem consolações, uma “ateradora montagem da miséria da classe operária, da exploração, do niilismo e do suicídio”. Não existe nenhum redentor, pois inclusive é preciso apartar de vez o materialismo dos hábitos mentais burgueses, deixar enfim de narrar a história do proletariado urbano “sob o signo da redenção, no qual o partido ou a revolução, ou a socialização dos meios de reprodução sempre surgem como o messias que dará um sentido, um destino ao sofrimento”. Sinais dos tempos, sem dúvida. Para ser mais específico: do pós-colapso de agora, que já dura uma virada de século.



Trabalhadores da construção em Dubai

Pois é neste outro limiar que brilha mais forte, conforme se distendem os extremos de uma nova era, em sua pureza espoliadora – se for permitido ser brutalmente direto –, a verdade mais íntima das moradas urbanas do sonho burguês. As novas Passagens da presente Era Urbana dos Extremos, que Mike Davis e Daniel Monk chamaram de Paraísos do Mal.<sup>43</sup> Duas palavras a respeito e encerro este prólogo ao mundo dos sonhos no século XXI.

O livro reúne estudos de caso do que se poderia chamar uma economia política das manifestações espaciais extremas do luxo, em todas as suas mais extravagantes variações. Uma geografia dos lugares fantásticos em que o vencedor fica com tudo: nem sombra de contrato social, para não falar de cláusulas trabalhistas corriqueiras, nessa utopia às avessas, onde “os ricos podem andar como deuses nos jardins de pesadelo de seus mais profundos e secretos desejos”. Quem disse “é glorioso ficar rico” sabia do que estava falando, além de parodiar Max Weber. Dos arquipélagos de cristal de Dubai ou Moscou, aos delírios olímpicos de Pequim, passando pelas cidades privadas da Califórnia, devidamente clonadas por Joahanesburgo ou pelo Cairo, dos condomínios em estilo Habsburg de Budapeste à Medellín fortificada pela “droga boa”, são universos alternativos para formas privilegiadas de vida humana.

Nossos dois autores se perguntam se uma espiral assim de desejos por consumo infinito, separatismo social absoluto, segurança física máxima e monumentalidade arquitetônica irrestrita, ainda seria compatível com a mera sobrevivência moral da humanidade. Quanto à

**43.** Mike Davis e Daniel Monk (org.), *Evil Paradises*, NY, The New Press, 2007. Como se verá, o subtítulo do livro *Dreamwords of Neoliberalism*, não é mera coincidência.



genealogia desses paraísos artificiais monstruosos tampouco hesitam: descendem dos mesmos redutos míticos impossíveis da falsa consciência vitoriana e seus interiores estofados pelas piores intenções. Nem mais nem menos do que os *Dreamworlds* de que há pouco falávamos. Reorientadas, tais moradas de sonho, na sua direção assassina originária, ressaltada linhas atrás pelo comentário filologicamente tanto mais exato, de T.J. Clark, quanto inspirado pelo atual estado do mundo. Para Mike Davis e Daniel Monk, literalmente *terminal*. Ou seja: a trucagem fantasmagórica das torres dos Emirados Árabes ou da China, tanto quanto as megaestruturas olímpicas de Pequim, se alicerçam sem nenhum pudor no trabalho massacrante de uma massa de imigrantes, acampados em alojamentos indescritíveis. Tudo somado, tais arquipélagos de luxo utópico e estilos de vida supremos são casulos de ansiedade armada, num planeta de megacidades favorelizadas. Sendo o preço destes mundos-de-sonho, a catástrofe humana – que aliás se pode medir pela velocidade alucinante, na qual tentam desesperadamente consumir, no decurso de uma vida, todas as coisas boas de uma terra à beira da exaustão.

Sobra muito pouco para a antiga esperança emancipatória benjaminiana, alimentada em princípio pela dimensão utópica de tais fantasias em seus primórdios. Como sublinhado, este veio secou. A constelação de tais formações urbanas extremas mapeiam assim “os estágios terminais, e não antecipatórios, da história da modernidade tardia”. Benjamin por um momento evocou uma sociedade que sonhava acordar. Na parafernália tecnológica destas derradeiras moradas do sonho é fácil constatar: “They have no alarm clocks”.



World Trade Center, NY e o 11 de setembro

# A ERA DAS FORMAS URBANAS EXTREMAS<sup>1</sup>

Há aproximadamente 20 anos atrás arrisquei um juízo por assim dizer final acerca do leque de possibilidades oferecidas pelas intervenções urbanas alternativas num horizonte ele mesmo rebaixado pelo esgotamento das utopias modernas do Plano. É que, ao ímpeto demolidor efetivamente preconizado pelos modernos, em sintonia com a maré ascendente da industrialização, e praticado em nome da racionalidade esperada de uma cidade planejada, acabou sucedendo algo como a sublimação da cidade-colagem, por sua vez estilização de uma proliferação urbana beirando a entropia, nela incluída a gestão dos novos enclaves de prosperidade. Numa palavra, o urbanismo decididamente chegara ao “fim da linha”. Mais exatamente, era todo um modelo urbano mundial que se desfazia. Um modelo que prometia desenvolvimento estava produzindo assentamentos caóticos de subemprego.

Pouco tempo depois, repassaria noutra chave aquela mesma impressão de sinal fechado, tentando explicar

**1.** Texto apresentado parcialmente como comunicação em mesa redonda, coordenada pelo Prof. Márcio Valença, no II ENANPARQ, “A produção contemporânea da cidade (do futuro): entre o cosmopolitismo desigual e o localismo espetacular” (Cidade de Natal, RN. Setembro de 2012). Publicado em *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 9, n. 3, 2021, pp. 63–79.

no detalhe a virada de página, ocorrida não só na nova ensaística da *cidade redescoberta*, que mobilizara um aparato conceitual muito *up to date*, no geral pós-estruturalista, escondendo em sua alegada subversão dos discursos totalizantes (ou das *grandes narrativas*), um convívio, no mínimo complacente, com as formas mais extremadas da alienação contemporânea; mas também na prática dos então novos projetos urbanos, igualmente colados à esta mesma ideologia, que em geral atendia pelo nome de “desterritorialização” e variantes: derrogações, desconstruções, derivas etc.

Ainda um novo capítulo: o retorno do planejamento sob a forma de planificação estratégica das cidades nos moldes das grandes empresas americanas. A revelação da mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada: aqui a novidade realmente espantosa, e tanto mais, que eficiente, não só por deixar a crítica espontânea da cidade-empresa com a sensação de estar arrombando uma porta aberta, mas, sobretudo, por contar com a “compreensão” das populações deprimidas por duas décadas de estagnação econômica e catástrofe urbana: fica assim bem mais simples persuadi-las a se tornarem “competitivas”, na pessoa de suas camadas “dinâmicas”, bem entendido. Esse o núcleo originário da “sensação coletiva de crise”, sublimada pela nova ênfase na autoimagem dos habitantes, tal como lhes é devolvida pela superfície refletora dos Grandes Projetos, no final do século.

O diagnóstico pelo qual comecei, portanto, embora drástico, não parece ter sido prematuro. Como também não parece ultrapassado ou simplesmente equivocado, apenas não levava na sua devida conta a sobrevida prolongada de um colapso que acabou virando sistema. Não se

trata apenas da exponenciação dos dois fenômenos já assinalados à época daquele diagnóstico terminal: o “desenho urbano” da polarização social extrema, por um lado, e a expansão gigantesca do “planeta favela” (Mike Davis) fechando a fronteira urbana, de outro, são “patologias” que confirmam o juízo – patologias às quais se somam agora, e em continuidade, o repertório dos *Evil Paradises* e o recobrimento da nova riqueza emergente pelas “fo-*lies*” do Star System – algo que já se desenhava nas novas “paisagens urbanas”. Para os assim chamados teóricos da Sociedade de Risco, a periferia estava mostrando para a Metrópole o seu futuro próximo: ou seja, estávamos ingressando numa Era Urbana dos Extremos. Para reforço do diagnóstico vou me limitar a duas situações.

## I

A amostragem mais completa, desse “novo urbanismo”, ou de algo que se situa para além do urbanismo, são as novas cidades asiáticas, passíveis de crescerem *ad infinitum*. Cidades enfim que não obedecem mais a nenhum plano, salvo de sua expansão sem limites – “cidades genéricas”, na expressão de Koolhaas. Elásticas. Sem história, sem identidade (ou que podem produzi-la a cada semana), ao mesmo tempo, multiétnicas e multiculturais. Cambiantes, imensas, despropositadas, que crescem e se autodestroem ininterruptamente. Que se verticalizam e se esparramam. Com infraestruturas superdimensionadas, prevendo usos futuros ou no intuito de competir com as demais: residências, mas também portos, aeroportos, escritórios, ociosos. Estoques supérfluos, como se fossem cidades fantasmas, estradas que não levam a parte nenhu-

ma, salvo a “possíveis” outras cidades, e assim por diante. Criando enclaves e impasses, infernizando umas às outras. Todas, tendo algo de aeroporto e de shopping center. É como se, depois do fim de linha, ou quem sabe a sua própria e superlativa expressão, tivesse ocorrido ou enfim sido deflagrado o mais espantoso e gigantesco processo de urbanização contemporânea, em curso especialmente na China da Era das Reformas.<sup>2</sup>



Xangai no início do século XXI,

O termo para caracterizar um tal processo chinês é bem este: “hiperurbanização” – que nos interessa, além do mais, por exprimir a mudança de paradigma implicada pelo inusitado da escala por assim dizer cósmica, tanto pela compressão do tempo, quanto espacial. Pelo menos na

2. Ver a propósito meu livro *Chai-na*, EDUSP, 2011.

acepção que encontrei empregado pela primeira vez, por Graham e Marvin, para designar este “espantoso processo de urbanização jamais visto no planeta”, referindo-se sobretudo à reviravolta na tradição de “desenvolvimento comunal no planejamento de infraestrutura” em favor de um furioso empreendedorismo local, conduzido por novas e poderosas municipalidades em associação com corporações internacionais de infraestrutura e consultoria, num ambiente de intensa competição entre cidades.<sup>3</sup>



Centro financeiro de Pudong e infraestrutura viária

Até aí nada demais, pois é assim que a nova paisagem do mundo vem sendo redesenhada – por “pacotes” de infraestruturas amplamente desmembrados, “customi-

3. Graham e Marvin, *Splintering Urbanism, networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*, London NY: Routledge, 2001.

zados” e dispersos, para melhor interconectar, menos o entorno local eclipsado do que capitais e investidores internacionais, mais os novos ricos nativos. E isso, desde o “colapso” (a expressão é a preferida dos autores citados) do modelo moderno de infraestrutura urbana integrada, cuja crise, alardeada como um envelhecimento natural, deveu-se à acelerada obsolescência e decadência física da infraestrutura urbana das grandes cidades, especialmente americanas, na virada dos anos 1970 para os 80. Colapso, aliás, que a China não conheceu, pois não havia nada semelhante na era maoísta, durante a qual havia sido decidido que o país simplesmente não se “desenvolveria”, na acepção convencional do termo no mundo capitalista. Assim, no âmbito de uma urbanização restrita – em favor de uma industrialização em marcha forçada totalmente endógena –, a rede social de infraestrutura foi contida em patamares mínimos.

A China renasceu, pois, aos pedaços, é verdade que sobre os escombros do antigo sistema de planejamento central. Digamos que nesta conjunção reside todo o foco do nosso argumento: na forma de enclaves possibilitados justamente pelas novas tecnologias de segmentação de infraestrutura. Se assim é, estamos nos confrontando com a combinação desconforme de números astronômicos com implantes na escala social de um aldeamento. É preciso notar que estes números alucinantes são normalmente compilados para deixar perplexa uma classe específica de acumuladores, e, obviamente, seu público aplastado e subjugado por este processo, digamos, de hiperdimensionamento. Circunstância cuja omissão torna apenas trivial a estupefação diante do registro que Pudong é o maior projeto em construção no mundo. Tudo bem pesado, são apenas listas de factoides, de paisagens, de infraestruturas



ou cidades Potemkin, mas o fato é que impressionam, ainda mais quando revestidos pela parafernália de acessórios do *design* corporativo. Tal gigantismo compulsivo nada mais é do que uma verdadeira mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e, talvez, impossíveis dimensões”, na expressão de Fredric Jameson<sup>4</sup>, e que impressionam, sobretudo pelas proporções descomunais assumidas por qualquer significante urbano que associe, e faça sentir, os efeitos correspondentes, um ícone qualquer do ultramoderno (seja lá o que isto queira dizer) e uma explosiva escala sobre-humana, como se encerrasse uma *promessa de aniquilação*.

## 2

Passando ao outro lado “extremo” nos deparamos igualmente com essa ambiência análoga de mutações radicais. Refiro-me à expansão acelerada das grandes capitais do Planeta Favela descrito por Mike Davis<sup>5</sup>. E, para tanto vou me deter especialmente numa das muitas profecias apocalípticas de Rem Koolhaas, sua percepção de que o paradigma da nova urbanidade pós-urbana deve ser reconhecido no seu extremo patológico, ou seja, nada mais nada menos do que a impressionante capital da Nigéria. Assim, Lagos não seria mais ou apenas um caso de “evolução” extrema, situado agora que o antigo modelo urbano mundial se desmanchou, no “primeiro plano da modernização global”.

4. Recolhido posteriormente em livro, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism* (trad. Maria Elisa Cevalco, São Paulo: ed. Ática, 1996, cap.1), foi publicado originalmente na *New Left Review*, nº46, 1984.

5. Mike Davis, *Planeta Favela*, São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

Não é Lagos que se aproxima de nós – afirmam os pesquisadores do *Project on the City*, de Harvard, coordenado à época por Koolhaas – mas somos nós que estamos a ponto de alcançá-la, e nos seguintes termos (à altura de um *grand finale*): “o fato de que muitas das atuais tendências das modernas cidades ocidentais se deixaram reconhecer de forma hiperbólica em Lagos sugere que refletir sobre a cidade africana é pensar no estado terminal de Chicago, Londres e Los Angeles”.<sup>6</sup> Simples assim, para dizer o menos: no fim de linha da cidade civilizada, nos deparamos com um modelo futuro literalmente “fora da civilização”. Se quisermos prosseguir, concluem, será preciso rever as ideias herdadas e “reconceitualizar a própria cidade”.



Vans e tendas de mercado informal em Lagos

Mas agora, em algum ponto de intersecção terminal

6. Rem Koolhaas et alli, *Mutaciones*, Barcelona: ACTAR, 2000; pp. 652-653.

de um colapso que funciona: pois é, Lagos “funciona” – 15 milhões de pessoas de algum modo sobrevivem nela. E mais, “a operacionalidade de uma megalópole, como Lagos, ilustra a eficácia em escala macro de sistemas e agências consideradas marginais, informais e ilegais segundo a compreensão tradicional de cidade”.

Obviamente Koolhaas não é nenhum alucinado a ponto de considerar Lagos um “sistema de gerenciamento urbano estratégico de baixa renda”, nas palavras de um burocrata de agência multilateral de fomento.<sup>7</sup> Não é menos certo, contudo, que seu raciocínio oscila entre um futuro “distópico” – afinal um paciente terminal é alguém que não reage mais a nenhuma terapia – e os mitos correntes da informalidade redentora, pois é a partir de um certo patamar por certo extralegal de auto-organização que a seu ver se dá uma “estranha combinação de subdesenvolvimento extremo e desenvolvimento” que o fascina, sem perceber, talvez, que esta é a definição mesma da periferia, superdimensionada agora pela reversão de sua industrialização em moldes clássicos, precipitada ainda mais pelo surto maligno da renda petroleira. Diz ele: “O que me espanta é ver como as infraestruturas de modernidade da cidade provocam todos os tipos de condições improvisadas e imprevisíveis, de forma que passa a existir uma espécie de dependência mútua que eu jamais vi em outros lugares”, continua. Não surpreende, pois, que certa vez, de passagem pelo Brasil, tenha comparado São Paulo ao arquétipo terminal – Lagos – se o critério (não o único, claro) for a criação de mercados instantâneos ao longo de um cipoal viário eternamente

7. Citado por Mike Davis, *op. cit.*, p.180.

congestionado.<sup>8</sup>

Justamente, a certa altura de um artigo aterrador sobre Lagos, o escritor e jornalista George Packer esbarrou, também ele, na profecia ultra futurista de Koolhaas.<sup>9</sup> Depois de esfregar bem os olhos, remeteu o leitor a um retrato do próprio arquiteto visitando Lagos pela primeira vez: “Sua equipe estava tão assustada que não saía do carro. O grupo acabou alugando o helicóptero do Presidente da Nigéria, o que lhe permitiu ter uma visão mais tranquilizadora. Visto de cima, o monte de lixo que aparentemente queimava se revelou, na verdade, uma aldeia, um fenômeno urbano com uma comunidade altamente organizada vivendo na superfície. O que tinha o aspecto, ao rés do chão, de uma acumulação de movimentos disfuncionais, parecia de cima um trabalho admirável, a prova de quão bem Lagos poderia se sair”. Pois na opinião do autor, este “ímpeto de olhar para um amontoado de lixo que aparentemente queimava e ver um fenômeno urbano, e assim fazer dele a matéria prima para um conceito esteticamente elaborado”, no fundo, nada mais é do que uma outra maneira de desviar o olhar, no limite até compreensível, “uma vez que a miséria humana que se vê em Lagos não só aniquila os sentidos como parece irreversível”. Pode ser, mas seria o caso de acrescentar, desde já, que esta mal disfarçada estetização compensatória vem a ser uma alavanca indispensável das *modernizações pós-colapso*.

8. FSP, 6.03.2002, p.E1.

9. George Packer, “A megacidade”, *Piauí*, n. 5, fev. de 2007.



Lagos, comunidade que vive no lixo e na água

Não está aqui todavia a novidade – afinal todo o episódio pós-moderno conviveu com esta estilização da degradação urbana.<sup>10</sup> É preciso lembrar que “megacidade” é

**10.** Remeto aos meus livros: *O lugar da arquitetura depois dos modernos*, EDUSP, 1993, *Urbanismo em fim de linha* cit. e “Uma estratégia fatal” in Arantes, Vainer e Maricato, *Cidade do pensamento único*, Vozes, Petrópolis, 2000.

a denominação adotada pelo Programa das Nações Unidas para aglomerações de mais de 10 milhões de habitantes, projetando-se para Lagos uma população de 25 milhões até 2015, a terceira no ranking mundial – consta que os lagoenses costumam se referir a este *upgrading* às avessas como se fosse um troféu, brilhando no âmago da reputação assustadora da cidade... É possível que esta nova imagem da cidade – como estamos vendo compartilhada e animada por observadores e gestores ocidentais, visão de uma cidade global de empreendedores conectados, semeada por territórios clandestinos vibrantes, onde cada rua é um mercado febril<sup>11</sup> – tenha se imposto na esteira do recente ressurgimento africano, depois de uma traumática desconexão de duas décadas dos fluxos de comércio e investimentos globais. Como nos dois ciclos anteriores de expansão colonial do continente africano, tornou-se novamente uma arena internacional de disputa por recursos estratégicos, acirrada pelo desembarque recente dos asiáticos.<sup>12</sup>

Modernização à vista portanto, a começar pela malha infraestrutura e respectivos financiamentos, sobre a qual se costuma edificar as periferias. Sem dúvida, crescimento a uma velocidade jamais vista – e ponto, salvo a multiplicação de novos ricos de Luana a Kartoun. Aliás, pela sua própria natureza, não há surto arrasa-quarteirão de commodities que recomponha sociedades detonadas por

**11.** Estes e outros retratos dos construtores heroicos das megacidades periféricas comparecem, porém implacavelmente retocados, no artigo de George Packer, literalmente impregnado pela atmosfera opressiva respirada por milhões de pessoas sem outra opção além de comprar e vender no frenético capitalismo de rua.

**12.** Cf. José Luis Fiori, “Provavelmente, Deus não é africano”, Valor, 23 de abril de 2008.

ajustes estruturais e cartéis predadores.<sup>13</sup> Nesse mesmo embalo Lagos continua acumulando um número crescente de seus milhões de habitantes em conjuntos habitacionais na base de enormes blocos de concreto, que, rapidamente, ainda nas palavras de George Packer, vão adquirindo “um aspecto leproso, como se uma doença maligna estivesse corroendo suas fachadas”. E no plano diretor de Lagos – que lhe mostra um subprefeito – as 42 áreas identificadas como ‘arruinadas’ já pularam para 54. No antigo código penal nigeriano, o artigo 49 corresponde aos crimes financeiros. Depois de lembrar que os nigerianos ficaram famosos por seus golpes na internet, Packer observa que se podem ler as palavras “esta casa não está à venda: cuidado com o 49” pintadas nas “fachadas em ruínas em toda a cidade”.

Suponhamos que seja próprio de uma cidade terminal essa indistinção entre proliferação galopante dos mais extravagantes mercados de ocasião e uma modalidade específica de erosão urbana: tudo somado, como Koolhaas, nosso autor também hesita diante desta cena convulsionada: sinal de vigor ou de doença – uma força vital ou um apocalipse iminente? Um outro subprefeito entrevistado, diante da antevisão de “23 milhões de pessoas espremidas, tentando sobreviver como cobaias de uma experiência fracassada de um demógrafo louco” não pensa duas vezes: “quanto a mim acho que é um desastre iminente”. Para início de argumento, digamos que a modernização em marcha forçada, empurrada pela memória do colapso, se confunde com essa aceleração que prepondera com certo senso imediato de urgência.

13. Cf. “A ravenous dragon – A special report on China’s quest for resources”, *The Economist*, 15 de março de 2008. Para uma recapitulação da derrocada da África subsaariana – e em particular da Nigéria – Manuel Castells, *Fim de Milênio*, cap. 2, Paz e Terra, 1999.



Lagos, círculo viário,

Quanto ao que vem a ser propriamente, ou novamente, “moderno”, nesta nova condição – ruptura de época cuja redefinição estamos buscando através das metamorfoses do urbano –, uma cena de rua como no seguinte flagrante, captado quase em termos benjaminianos no artigo visionário de Packer, não deixa muita margem a dúvidas quanto ao teor do novo “*heroísmo da vida moderna*”: esperando se defrontar com a atmosfera desmoralizante de pessoas deitadas em pleno dia, afundadas no desespero da ociosidade extorquida, nosso autor vislumbra, pelo contrário, um campo de batalha na esfera da circulação, na acepção plena do termo: “Vi certo dia uma mulher se esgueirando entre diversas faixas de tráfego com seus filhos a reboque, e a expressão do seu rosto era o que classifiquei como tipicamente lagosiana: dura, fechada e séria, mas ao mesmo tempo rápida e esperta, percebendo tudo, pronta para evitar um obstáculo ou aproveitar alguma oportunidade”. Sobrepondo-se a esta camada primordial da modernidade originária, à filtragem traumática da ex-



*periência degradada do choque*, na análise de Walter Benjamin, um derradeiro enquadramento urbano do sujeito monetário expropriado: o da cidade “bazar”, da qual uma megacidade terminal como Lagos é a expressão mais acabada, na ênfase de Koolhaas, agora.



Rua-mercado, Lagos

Essa ideia de uma cidade-bazar foi elaborada por V. Ruggiero e N. South, para dar conta, inclusive pela ironia do confronto degradante, da crescente e surpreendente “orientalização” das metrópoles do capitalismo central, à medida mesmo em que se aprofundavam as flexibilizações, em princípio, ultramodernas. Portanto última palavra do “ocidentalismo” reajustado sobre o seu próprio eixo de racionalizações, digamos, weberianas, que implodiram as relações sociais de produção fordistas sobre as quais foi moldada a *cidade funcional* do período anterior.<sup>14</sup> Com a ressalva de que, na visão desses autores, in-

14. V. Ruggiero e N. South, “The hate modern city as a bazar”, in Brit-

teressa menos um cenário urbano “ocidental”, recoberto por uma intrincada malha informal de compra e venda de tudo e qualquer coisa, lícita ou ilícita, do que a caracterização do espaço social indefinido ou indistinto onde se realizam as mais intrincadas transações morais e mercantis acionadas pela consagração rigorosamente capitalista e em regime de acumulação flexível, como os regulacionistas descrevem o presente estágio, da precarização como norma de vida própria e alheia.

Obviamente o “terminal” chamado Lagos é um nó monstruoso da rede de modernização pós-colapso, em que ninguém trabalha para si mesmo, apesar da miragem em contrário, mais precisamente, em que, numa ponta da cadeia produtiva, as novas agendas da economia do conhecimento simplesmente geram a mercadoria-informação que alavancará, no outro extremo, a nova periferia que também se expande no centro (como preconizava Koolhaas), as infinitas possibilidades de trabalho vivo informalizado por motivo da redundância informacional. Novamente adiantando, é sobre esta rede de conexões, alimentada pela modernização substantiva que não houve, que se ergue a mitologia urbana das tecnopolos.<sup>15</sup> Mas, como veremos, a imagem pós-urbana de uma cidade terminal – tomando noutra direção o mesmo duplo sentido que Martin Pawley deu à expressão “terminal” ao falar da

ish *Journal of Sociology*, vol.48, n.1, 1997. Ver a respeito o ensaio de Vera Telles, e Daniel Hirata, Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista de Estudos Avançados da USP*, vol. 21, no. 61, 2007.

15. Ou por outra, recapitulando, pois já tive ocasião de me deter sobre esta dimensão em *Urbanismo em fim de linha*, cit. e foi tema do capítulo “Barcelona revisitada”, de meu livro *Berlim, Barcelona – duas imagens estratégicas*, São Paulo: Annablume, 2012.

arquitetura contemporânea<sup>16</sup> – não se resume ao arquétipo Lagos, muito menos esgota o presente argumento acerca da sobrevida sem fim de algo fora do programa como uma modernização urbana impulsionada vertiginosamente pelo seu próprio colapso.<sup>17</sup>

### 3

Juntando esses dois extremos da nossa era pós-urbana, seria o caso de arriscar um primeiro reconhecimento conceitual do terreno comum em que se cruzariam as trajetórias explosivas do Renascimento Chinês e do Sul Global com a implosão não menos dramática da “urbanidade” tal como a conhecíamos nas metrópoles do núcleo orgânico do sistema mundial. Pois me parece bem provável que só agora, diante desses conglomerados caóticos que proliferam indefinidamente, estejamos testemunhando de fato a plena realização da experiência daquele *hiperespaço* premonitoriamente descrito por Fredric Jameson no seu ensaio famoso, de 1984, sobre “A lógica cultural do capitalismo tardio”<sup>18</sup> –, ao analisar o Hotel Bonaventure, construído no centro novo de Los Angeles, pelo arquiteto e empreiteiro John Portman. Autor também de vários Hyatt Regencies, entre outros exemplares da novíssima retórica pós-moderna, na ocasião, em plena batalha com a

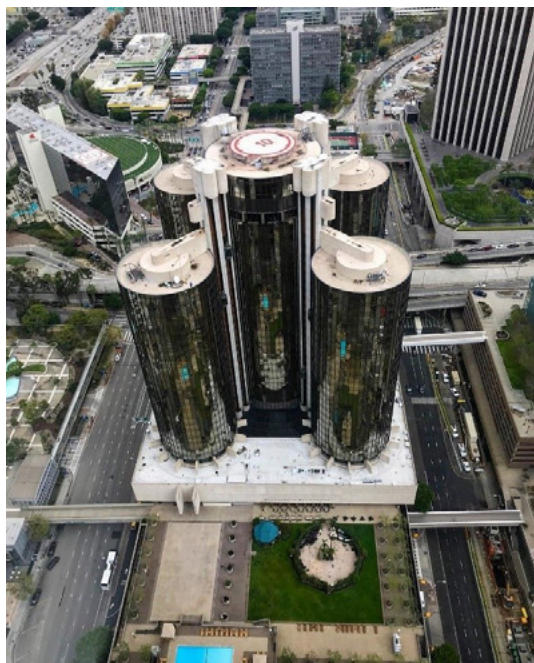
16. Martin Pawley, *Terminal Architecture*, London: Reaktion Books, 1998.

17. Poderíamos lembrar outras tantas cidades, um exemplo é a Bombaim descrita por Suketu Matha: *Bombaim: cidade máxima*, São Paulo Cia. das Letras 2011 (agradeço à João Marcos Lopes a referência).

18. Citado há pouco.

suposta austeridade elitista do alto modernismo arquitetônico. O que no começo mais intrigava Jameson, e o desnor-teava sensorialmente – como se um novo descompasso histórico estivesse em vias de se instalar entre a nossa percepção e a experiência urbana, algo como um “novo e inimaginável salto quântico da alienação tecnológica” –, era a aspiração inequívoca a ser um “espaço total”, capaz de abrigar, por assim dizer, “uma nova e historicamente original multidão”. A minicidade, encerrada nas quatro torres simétricas – com seus átrios, corredores infindáveis, balcões, escadas rolantes e elevadores panorâmicos –, interligadas por passarelas e recobertas por vidros espelhados que, ao mesmo tempo, refletem e recusam a imagem da cidade degradada à volta, da qual emerge como uma miragem ou, mais precisamente, fantasmagoria, algo como uma *city in the sky*. “Máquinas” destinadas a embevecer, apequenar e, sobretudo, uma vez que se entre nelas, fazer experimentar uma brutal sensação de desorientação. Não se trata de simples *mise-en-scène*, embora minuciosamente calculada, de trucagem para vender experiências excitantes. Sem poder evidentemente antever o que vinha pela frente, Jameson pressentiu a mutação terminal em curso: num tal hiperespaço, foi ultrapassada “a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável (...) esse ponto de disjunção alarmante, entre o corpo e o ambiente construído está para o choque inicial do modernismo, assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel”.<sup>19</sup>

19. Jameson, *op.cit.*, p.70. Para toda esta análise, ver cap. 1, parte V.



John Portman, Hotel Bonaventure, Los Angeles

É mais fácil experimentar e “ver” esse espaço do que defini-lo, muito embora, ou por isso mesmo, seja apresentado por seu autor como um dos elementos definidores da nova era dos descompassos sensoriais provocados pela nova aceleração do *modus operandi* capitalista. De minha parte, e noutro estudo<sup>20</sup>, penso tê-lo reconhecido na proliferação das megacidades chinesas. Gostaria, no entanto, de assinalar uma outra “visão” que ocorreu a Jameson por ocasião daquela primeira formulação – e que também permite unificar os extremos que estamos evocando. Algo lhe dizia então que o espaço de Portman não devia ser entendido como um desvio cenarístico à margem da seriedade da vida, como uma réplica adulta da Disneylândia, por exemplo, embora nele se encontre muito do apreço pós-moderno pela diversão enquanto mera manobra diversionista. Assim, por mais complacente com o mundo do lazer e seus derivados que se apresente aquele espaço de qualquer modo espantoso, Jameson acredita encontrar o seu análogo mais revelador num domínio aparentemente o mais afastado possível, nada mais nada menos do que o “espaço da guerra pós-moderna”, qualificação, aliás, sobre a qual não dá maiores precisões. Salvo a evocação, de fato muito sugestiva, do livro de um veterano da guerra do Vietnã, *Dispatches*, no caso. Reparo a seu favor que especialistas, um tanto heterodoxos, é claro, também estão de acordo em definir a Guerra do Vietnã como a primeira guerra pós-moderna<sup>21</sup>. Por qualquer ângulo que a brutal assimetria daquele

20. Chai-na, cit.

21. Por exemplo, Chris Hables Gray, *Postmodern War: The New Politics of Conflict*, Nova York, Londres, The Guilford Press, 1997, cap. VIII. Para a denominação, pp. 21-23.

conflito seja examinada, indubitavelmente uma guerra de novo tipo entrara em cena, e rigorosamente contemporânea, senão seu epicentro, de mutações naqueles anos, cuja convergência culminaria no diagnóstico de época que se convencionou denominar Pós-modernismo.

Está claro, como aliás o próprio Jameson assinala, que o argumento acerca da alienação tecnológica, ou mais exatamente, em torno do choque em nossos velhos hábitos de percepção corporal, provocado pela nova experiência de tecnologia da cidade moderna, remonta às análises benjaminianas do confronto da lírica de Baudelaire com a Paris haussmaniana. Mas daí ao termo de comparação que lhe ocorre – o mistério do novo espaço pós-moderno pode revelar seus segredos tanto no átrio dissuasivo de um grande hotel desenhado para embasbacar e embotar, quanto num campo de batalha em que a desmedida tecnológica das forças destrutivas é a regra – o passo surpreendente, mas, a meu ver, convence. Penso até que as ideias de Benjamin sobre a experiência do choque nas grandes cidades do alto capitalismo só se devem às cenas de rua filtradas pela sociologia de um Simmel<sup>22</sup>, entre tantas outras fontes, justamente porque amadureceram à sombra do grande trauma coletivo da Primeira Guerra Mundial, um antes e um depois que deixou espantosamente evidente a linha de continuidade unindo a vida mental atropelada na metrópole capitalista e a aniquilação da experiência nas trincheiras da nova guerra de material (no jargão dos especialistas), ou seja, de equipamentos.

22. Cf. “A ideologia do lugar público na Arquitetura Contemporânea”, em Otília Arantes, *O lugar da arquitetura depois dos modernos*, EDUSP, 1993.



Final da guerra do Vietnã, 1975.

Tanques norte-vietnamitas chegam a Saigon

Se assim é, só podemos lamentar que Jameson não tenha dado sequência à sua intuição, a saber: porque aquela primeira e terrível guerra pós-moderna não pode mais ser narrada segundo os paradigmas tradicionais de romances ou filmes de guerra, a rigor precipitando a derrocada de todo os paradigmas narrativos anteriores? A extraordinária inovação linguística da obra, fundindo “idioletos coletivos contemporâneos, como a linguagem do rock e dos negros”, é ditada precisamente por essa impossibilidade de transmissão da experiência – de novo, como queria Benjamin. Por certo, as máquinas modernistas de representação do movimento (locomotiva, avião, etc.), agora são outras e, por conseguinte, os modos de “vivenciar” o espaço: nos trechos citados por Jameson, destaca-se a nova centralidade fetichista do helicóptero de combate – quem se lembra do filme de Coppola saberá do que estamos falando. “Quando voltei, durante meses, as centenas de helicópteros que eu tinha usado começaram a se juntar até que formaram um meta-helicóptero conjunto, e para mim isto era a coisa mais sexy que existia; o salvador-destruidor, o prove-



dor-disperdiçador, a mão direita e a esquerda, ágil, fluente, experto e humano; aço quente, graxa, a rede de lona saturada de selva, o suor esfriando e depois esquentando de novo, um cassete de rock *and roll*, em uma orelha, e a rajada de metralhadora na outra, combustível, calor, vitalidade, e morte, a própria morte, raramente uma intrusa.” Nas palavras do veterano-autor – “o sistema estava programado para manter você *em movimento*, movimentávamo-nos pela guerra como loucos até que não podíamos ver para onde essa correria estava nos levando, apenas víamos com uma clareza ocasional e inesperada, a guerra cobrindo toda sua superfície” –, encontra-se o segredo do hiperespaço, e a vertigem que provoca é a mesma da nova guerra testada no laboratório do Vietnã. O traço de união apenas entrevisto por Jameson é, no entanto, suficiente para sugerir a natureza extrema do pós-urbano vindouro.

#### 4

Com efeito. Vinte anos depois do ensaio desbravador de Fredric Jameson, Mike Davis encerraria seu inventário do *Planeta Favela* com uma evocação profética do legado daquela primeira guerra pós-moderna, na acepção que se viu: “descendo a rua Vietnã”. Digamos que – tendo ele também aprendido, não com a colorida Las Vegas, mas com a desolada e “desurbanizada” Saigom – Mike Davis tenha tirado as consequências geopolíticas de um “planeta de favelas”, quer dizer, um mundo de cidades sem empregos e que logicamente abdicaram de qualquer veleidade de reforma urbana, para dizer o menos, tenha enfim aprendido, por seu turno, a convergência de origem entre o hiperespaço das formas urbanas extremas (nesta extre-

midade de agora, as “cidades fracassadas e ferozes” do antigo Terceiro Mundo)<sup>23</sup>, e a geografia da nova guerra.



Cenas desta última década em Karachi, Paquistão

**23.** Como Bagdá ou o que restou dela depois da guerra: “os combatentes adolescentes desempregados do Exército Mahdi da Cidade Sadr de Bagdá, uma das maiores favelas do mundo”, prossegue Mike Davis, “provocavam os ocupantes norte-americanos com a promessa de que sua principal avenida seria a ‘rua Vietnã’” (op.cit. p.205).

Está claro que o atual *Warfare State* americano foi o primeiro a mapeá-la, como explica o próprio Davis, reproduzindo, a título de exemplo, o diagnóstico de um capitão da Força Aérea americana, publicado no *Aerospace Power Journal*: “A urbanização rápida dos países em desenvolvimento resulta num ambiente de batalha que é cada vez menos compreensível, já que cada vez mais lhe falta planejamento”. [...] Usando o “mar de miséria” que cerca Karachi como principal exemplo, mas citando também as periferias faveladas de Cabul, Lagos, Kinshasa, retrata o desafio do “combate assimétrico” dentro de terrenos urbanos, “não nodais nem hierárquicos”, contra milícias, “com base em clãs”, impelidas por desespero e ódio. Como outros planejadores das MOUT (Military Operations on Urban Terrain), a receita do autor é a combinação de alta tecnologia com treinamento realista, de preferência nas próprias cidades americanas arruinadas, onde “projetos habitacionais maciços tornaram-se inabitáveis, e instalações industriais inutilizáveis. Mas seriam quase ideais para o treinamento de combate em cidades”. Uma tal desfaçatez leva Davis a se perguntar: “quem exatamente é o inimigo que os futuros soldados-robôs, treinados nas favelas de Detroit e de Los Angeles, perseguirão no labirinto das cidades do Terceiro Mundo?” E a resposta vem de um outro “especialista”, que, depois de citar anarquistas psicopatas, criminosos ou líderes trabalhistas, acabou centrando o alvo nos “despossuídos em geral” e no “crime organizado em particular”.

Mas não se trata apenas de constatar que as megacidades da periferia engolida pela globalização se converteram em ambientes naturais de batalha, acrescido do fato de que os futuros soldados-robôs, encarregados de dar caça

aos sediciosos, camuflados no mar de miséria que cerca Karachi, Lagos etc., treinam, de preferência, em cenários análogos no mundo afluyente, como nas áreas arruinadas de cidades desindustrializadas, estando o resto sabidamente murado, bunqueirizado etc. Seria preciso dar um passo adiante (mas não aqui, é claro) e verificar se esse novo tempo das formas urbanas extremas, consideradas em seu amplo espectro, nele incluído o “estágio Dubai do capitalismo”<sup>24</sup>, não seria igualmente o tempo de um novo “urbanismo militar”, tempo de cidades sitiadas, escaneadas, de populações-alvo rastreadas, vigiadas, preventivamente contidas e abordadas segundo perfis de risco etc.<sup>25</sup>

Davis conclui com uma descrição sombria da experiência de choque destas populações: “Essa dialética ilusória dos lugares urbanos demoníacos gera um dueto sinistro e incessante. Noite após noite, helicópteros armados perseguem como vespas inimigos enigmáticos nas ruas estreitas dos bairros favelados, despejando o fogo do inferno sobre barracos ou carros em fuga. Toda manhã a favela responde com atentados suicidas e explosões eloquentes. Embora o império possa mobilizar tecnologias orwellianas de repressão, os seus fora-da-lei têm ao seu lado os deuses do caos”.<sup>26</sup>

**24.** Como Mike Davis denomina uma das mais extremas fantasias de todas as ilimitações contemporâneas, do luxo sem fim à exploração idem de uma força de trabalho “off shore”, em *Le stade Dubaï du Capitalisme*, Paris, Les Prairies Ordinaires, 2007.

**25.** Steven Graham *Cities under Siege: The New Military Urbanism*, London: Verso, 2010.

**26.** Planeta Favela, ed. cit., pp. 203-205.



Helicópteros da polícia sobrevoando as favelas do Rio de Janeiro

Por fim, quando a segurança prevalece nestes termos – antes de tudo gestão de uma conjuntura emergencial que tende a se perpetuar –, não só o espaço conhece a metamorfose que se viu, mas o tempo urbano, por sua vez, adquire um estado inercial que Martin Pawley não hesitou em chamar de entrópico, ao qualificar de terminal a arquitetura das cidades mundiais em sua fase pós-urbana: “a sand-heap-time”, nem cíclico, nem linear. Enfim, cidades sem história, modulações de um “sand-heap-urbanism”, em um mundo, por sua vez, indiferenciado<sup>27</sup>, nas quais, o crescimento entrópico se dá movido pela violência e pela guerra sem limites, sem alvo, sem fronteiras, aparentemente de todos contra todos, na verdade, do aparato repressivo, armado até os dentes contra uma população esfolada até o osso. A imagem dupla nos remete também para as fórmulas militares de sempre, agora atualizadas

27. *Terminal Architecture*, ed. cit., pp. 165,166.

em nova chave: fortificações, muralhas, segregações etc. Assim a lógica do enfrentamento permanente vai desenhando as cidades como campo de batalhas que podem explodir a qualquer momento. Voltando ao urbanismo terminal entrevisto por Pawley, no mundo atual de presença global instantânea, por detrás de fachadas neutras e furtivas, funciona todo um sistema de terminais interconectados em tempo real, desenhados justamente para sobreviver a colapsos infraestruturas, que o fantasma terrorista, em todas as suas variantes, foi transformando em horizonte perene. Aliás, Pawley encerra o livro, depois de uma descrição minuciosa do que ele chama de “arquitetura do terror”, recapitulando a origem de todo o argumento, o grau-zero urbano arquitetônico concebido em resposta aos ataques explosivos do IRA à City de Londres (1993, 1994) e às Docklands (1996).<sup>28</sup> Não custa relembrar que os motins de 2011, nas periferias de Londres, e depois se alastrando para o restante do país – como sempre deflagrado pela violência policial contra jovens “saídos da imigração” –, literalmente tomaram conta e pararam a cidade por dois dias. Na primeira das cidades globais, o Centro e a Margem finalmente se encontraram numa única e compacta forma urbana extrema. Como se há de recordar, Jean Charles de Menezes havia sido executado poucos anos antes no metrô de Londres.

28. Op. cit. , caps. VII e VIII.

**PS** - Seria obviamente tentador, além de obrigatório, concluir pelo menos com uma nota sobre o fim da fronteira urbana no Brasil. Sem falar que a atual complexidade do “estado da arte” a respeito torna tal veleidade proibitiva, pois já não basta mais evocar a cidade murada, na esteira da Los Angeles de Quartzzo, segundo Mike Davis. A recente (janeiro de 2012)<sup>29</sup> remoção militarizada de 1.500 famílias de uma ocupação no local dito Pinheirinho em São José dos Campos (SP) – e que se reproduz a cada dia nas nossas cidades, deixando áreas inteiras de favelas incendiadas ou destruídas por tratores, como uma ferida aberta a ser sanada pelas empreiteiras à busca de expansão de novas fronteiras urbanas sobre as quais avançar –, é a prova eloquente de que um limiar decisivo foi ultrapassado na gestão da “formação” urbana extrema do Brasil. Não custa também relembrar a violência quotidiana em São Paulo. Na cidade mais rica do país, a polícia mata mais do que nos Estados Unidos inteiro, multiplicando regularmente chacinas a cada fim de semana, sob pretexto da famigerada (e falida) guerra às drogas e combate ao mito oficial do “crime organizado”.

Mas o verdadeiro *Evil Paradise* se encontra em construção na Cidade Maravilhosa, mais exatamente, futura cidade olímpica, Rio de Janeiro. É claro que a “guerra particular” com o varejo das drogas ilícitas vinha de antes, bem como os ataques sistemáticos a que se submete desde a noite dos tempos as populações segregadas nas favelas dos morros cariocas, mas a militarização da gestão social naquela cidade é coisa mais recente, inclusive com o emprego rotineiro das Forças Armadas, bem como o fenô-

29. Justo alguns meses antes desta exposição no ENANPARQ.

meno das milícias e a atual onda “pacificadora” das UPPs, cuja territorialização desenha um claro e muito seletivo mapa de reconquista imobiliária sob pretexto de contenção de conflitos.<sup>30</sup>



Cenas da desocupação de Pinheirinhos  
(Boletim de Advogados pela Democracia)

Essa mesma violência estatal militarizada pode ser observada em ação nas sublevações urbanas que tomaram as principais cidades do país desde as Jornadas de Junho de 2013, cujo foco, ao menos na sua origem, foi a urbanização selvagem sob o comando direto das máqui-

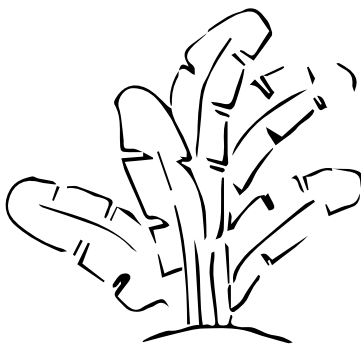
**30.** Para um apanhado desse vínculo entre megaprojetos e meganegócios que por sua vez alimentam as recentes rebeliões urbanas, Carlos Vainer, “Quando as cidades vão às ruas”, em VV.AA., *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.



nas urbanas de crescimento. Mas, imaginar esta violação inaudita em continuidade, por exemplo, com os atuais megaprojetos neodesenvolvimentistas, como uma manifestação precursora de um “urbanismo militar” a caminho no país, envolveria todo um programa de pesquisa como tarefa política.<sup>31</sup> Não vou avançar sobre este terreno: o da violência urbana, com seus índices e mapas, já estudados a exaustão, apenas quero sugerir outra vez que os novos redesenhos urbanos se dão na forma não mais de uma racionalidade planejada, à maneira da linha de montagem fordista ou até mesmo, de um planejamento estratégico, como o das empresas capitalistas, mas de um campo fragmentado, disperso, móvel e desigual, obedecendo a uma lógica dos extremos, alimentada pelo medo, o conflito e consequente ilimitação da dinâmica corporativa de acumulação por despossessão (Harvey) que impulsiona todo o processo rumo ao colapso.

**31.** Para um quadro recente e abrangente desse processo da vida urbana regida pela violência militar, ver Felipe Brito e Paulo Rocha de Oliveira (orgs.), *Até o último homem*, São Paulo: Boitempo, 2013.





Este livro foi composto  
nas fontes Literata e Work Sans  
em outubro de 2021.